



Revista de História, Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design gráfico: Câmara Municipal de Moura

Impressão:

Tiragem:

Depósito Legal:

ISSN: 2184-9587

Nota de abertura

Após a primeira edição monográfica da Revista Lacant, dedicada à celebração do 10º aniversário da inscrição do cante na lista do Património imaterial da Humanidade, regressamos, nesta 7ª edição, à história e arqueologia.

Sendo a divulgação de conhecimento sobre o nosso território o principal objectivo desta publicação, avançamos, pela primeira vez, com a republicação de um artigo originalmente dado a conhecer ao público no nº XLVII do ano de 1948, da Revista Brotéria e que, no nosso entender, apesar do interesse que o sítio arqueológico tem despertado na comunidade científica, não é suficientemente conhecido. O seu autor, António Duarte, para além de Zelador Municipal, pintor e ilustrador de enorme talento, foi também arqueólogo amador. A ele se deve a descoberta de vários sítios arqueológicos no concelho de Moura, tendo participado e dirigido intervenções arqueológicas em locais como a Azougada e Porto Mourão. É precisamente sobre as escavações que António Duarte realizou, entre 1944 e 1948, neste extenso povoado com 5000 anos, situado 4 km a norte de Moura, que o artigo nos dá notícias, dando-nos a conhecer não apenas alguns dos materiais arqueológicos recuperados, mas também outros sítios das suas imediações que nos ajudam a compreender melhor a forma como aquele território das margens do Rio Ardila estaria organizado. Em nome da Câmara Municipal de Moura, gostaríamos de deixar o nosso agradecimento à Revista Brotéria, nas pessoas do seu Diretor-Geral, o Sr. P. Manuel Cardoso SJ e da Dra. Madalena Tamen, editora-adjunta, pela simpatia e disponibilidade para nos concederem a autorização necessária para avançarmos com esta nossa intenção

Prosseguimos ainda a publicação de artigos de síntese sobre diferentes períodos históricos. Desta vez, Miguel Serra e Margarida Santos, debruçam-se sobre a Idade do Bronze do nosso concelho, avançando com sugestões concretas de medidas para a sua devida divulgação e valorização.

No seguimento dos trabalhos de compilação de informação para a carta arqueológica, José Gonçalo Valente avança com algumas sugestões para o debate em torno de Moura na época Romana. Um período extremamente rico em termos de vestígios arqueológicos, mas ainda tão mal conhecido e com muitas perguntas por responder.

Voltamos a ter notícias do projeto de investigação que a SWAD - Southwest Archaeology Digs tem vindo a desenvolver no Castelo Velho de Safara, sob direção de Mariana Nabais, que em colaboração com Margarida Figueiredo e Rui Soares, nos relatam a intervenção que realizaram sobre uma ocupação mais recente daquele magnífico sítio arqueológico.

A todos os autores, o nosso muito obrigado pelos vossos contributos.

A vereadora da Cultura

Lurdes Pé-Curto Balola

O Local, sua Arqueologia e Trabalhos Efetuados

Quem, saindo de Moura junto à Muralha de Santa Catarina, seguir pela estrada nacional em direcção à Fonte do Moscão, encontrará junto desta e à sua esquerda, serpenteando pela encosta abaixo, o íngreme caminho que outrora constituía o primeiro trôço da estrada romana, a qual, após atravessar a pequena ponte – também romana – sobre o ribeiro de Brenhas, se infiltra por entre olivedos seculares em direcção ao rio Ardila onde, transposto este, vai entroncar com o terceiro trôço que segue para ocidente em direcção ao *Annas* (Guadiana), a caminho de *Ebora Augusta* (Évora).

Foi junto ao rio Ardila e na sua margem esquerda, a 100 metros ao sul da atalaia do sec. XVII que ali existe, no olival pertencente ao Exm^o. Sr. Dr. Manuel do Carmo Raposo Lúcio(3), que os operários ocupados nos trabalhos da estrada, puseram a descoberto alguns cinzeiros onde, de envolta com grandes quantidades de cinzas, ossos de várias espécies e abundantes restos cerâmicos de rudimentar fabrico, se encontram os primeiros objectos que nos permitiram conjecturar do valor da estação.

Acham-se estes cinzeiros disseminados numa extensão de 40 metros, aproximadamente, ao longo da estrada, à esquerda de quem segue em direcção ao rio, tendo-se também entrado no mesmo local, mas do lado oposto da estrada, mais alguns instrumentos de pedra polida, sem, contudo, se poder estabelecer para estes últimos uma estratigrafia definida.

Conforme ainda se pode ver no talude esquerdo da referida estrada, o qual chega a atingir – junto ao rio – 3 metros de altura, os cinzeiros encontram-se depositados no fundo de covas abertas no nateiro, a não ser que o grande volume de terras que os cobre seja o excedente da escavação feita para a construção dos caboucos da atalaia ou depositado pelas cheias do rio, que lhe corre, presentemente, a 25 ou 30 metros de distância.

Em virtude do fraco rendimento obtido com a crivagem das terras removidas durante as obras nas proximidades dos cinzeiros, resolvemos, como já dissemos, mandar abrir uma pequena vala de sondagem a 200 metros a oriente, aproximadamente, deste local, em terras

pertencentes ao Exm.º Sr. Urbano Rodrigues, onde as nossas pesquisas de superfície mais êxito haviam obtido.

Aberta a vala com 2 metros de comprimento por 1 metro de largura, ao atingir a escavação a capa de transição da terra arável para uma capa de maior consistência entre os 0,50 e 0,60 metros, deparámos com o fundo de uma cabana, recoberta completamente por espesso manto de barro avermelhado e muito endurecido mas não cosido, apresentando sinais evidentes de haver servido como revestimento interior da cobertura da mesma, pois são facilmente identificáveis os sulcos produzidos pelos caules dos arbustos empregados para tal fim, prática, aliás, ainda hoje usada em diversas regiões do país.

Tomando como referência o mato de barro, alargamos a escavação, pondo a descoberto uma circunferência de um pouco mais de 2,50 metros de diâmetro, que tanto era o espaço ocupado – como verificámos posteriormente – pela cabana.

Retirada esta espessa camada e depois de havermos coligido alguns dos maiores bocados, demos começo á exploração e crivagem das terras e cinzas que lhe sucediam, donde extraímos inúmeros fragmentos de cerâmica grosseira, de côr escura, alguns instrumentos de sílex e outras rochas e dois furadores de osso.

Suspensos os trabalhos por motivo das chuvas torrenciais próprias do inverno, reencetámos-los na primavera seguinte, circunscrevendo-se, então, todo o trabalho a simples pesquisas de superfície.

Ainda assim, como as terras onde anteriormente havíamos efectuado sondagens e recolhido material, sejam lavradas – mais ou menos – duas vezes por ano, aproveitámos esta circunstância para continuar as pesquisas, tendo por este processo aumentado consideravelmente o espólio e estabelecido um conjectural periferia da estação, cujos limites são: ao Norte, a antiga estrada para a Barca do Ardila; ao Sul, terras pertencentes aos Exm.ºs. Snrs. José Tomaz Marques dos Anjos e Urbano Rodrigues (este último senhor é o proprietário da Quinta da Esperança (4); a nascente, terras pertencentes aos mesmos senhores e a Poente, o

olival pertencente ao Dr. Manuel do Carmo Raposo Lúcio, ocupando a estação uma área de, aproximadamente, 30.000 metros quadrados.

Esta prática (pesquisas de superfície) prolongou-se até ao Outono de 1946, data em que, graças às facilidades concedidas pelo Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Godinho Cunha(5), nos foi possível voltar a fazer novas sondagens, mas ainda assim, de pequena monta.

Nesta campanha foram abertas duas valas sensivelmente iguais àquela que havíamos aberto em 1944, continuando a encontrar-se o mesmo modo de jazida e os mesmos instrumentos, havendo somente a acrescentar o achado dos fragmentos de um grande vaso com os bordos decorados por 3 linhas de pontos incisos, vaso que tinha junto de si uma ponta de seta com a base terminada em aletas.

Este vaso é a única cerâmica decorada encontrada até agora.

Constando-nos desde há muito, que a cerca de 150 metros ao Sul (500 metros a sudeste da estação) da Quinta dos Frades, existia uma sepultura do tempo dos mouros, aproveitámos a oportunidade para investigar o que havia de verdade na informação, na secreta esperança de lhe encontrar qualquer ligação com a estação que vínhamos estudando, pois era lógico admitir que vivendo naquelas paragens uma população relativamente importante para a época, esta possuísse, algures nas imediações o seu campo mortuário.

Felizmente - e ao que nos parece - assim sucedeu.

Junto ao caminho privativo que atravessa parte da propriedade, num pequeno cômodo situado à sua esquerda, identificámos o monumento funerário que no final deste trabalho reproduzimos e estudamos.

Solicitada a necessária autorização ao proprietário da Quinta dos Frades, Exmº. Sr. Francisco Ganço Correia Pinto, a quem aqui deixamos os nossos agradecimentos, a este, de bom grado acedeu a que fossem feitos alguns cortes no terreno em volta do monumento para sua identificação.

Encetados os trabalhos, procedeu-se à abertura de uma estreita vala em redor das lages de xisto que afloram à superfície do terreno, sendo-nos muito fácil pôr a descoberto parte do corredor e alguns esteios da câmara.

Concluída esta primeira parte, desobstruímos todo o corredor, no fundo do qual encontrámos o furador de cobre ou bronze que reproduzimos, assim como alguns pequenos cacos cerâmicos que se encontravam depositados no fundo do corredor no ponto em que este se liga com a câmara.

É curioso frisar que tanto o corredor como a câmara, se acham obstruídos, por completo, por grande quantidade de calhaus rolados trazidos das margens do rio, sendo também o montículo que circunda o monumento, constituído em grande parte pelos mesmos calhaus.

Adquirida a certeza de que se tratava de um monumento dolménico e, por consequência, mais ou menos contemporâneo da estação que vínhamos explorando; por que não estávamos autorizado pelas estâncias superiores a levar mais longe as pesquisas e ainda pela coincidência de se encontrar implantado a meio da Câmara um marco trigonométrico do Instituto Geográfico e cadastral, suspendemos os trabalhos, deixando para mais tarde a sua metódica exploração e possível remoção para o Museu de Moura.

Posteriormente, no afã de coligir todos os elementos que nos pudessem ser úteis para o conhecimento da arqueologia da região, iniciámos um pequeno inquérito junto dos indivíduos que possuem propriedades naquele local, vindo a apurar, por intermédio dos pedreiros senhores José Camacho e Vitor Complectas, que estes, há alguns anos, ao construírem a casa que o Snr. José Godinho Vasco possui junto da estrada romana, nas imediações da Quinta da Esperança, haviam descoberto o corredor e parte da câmara de um outro monumento dolménico, sobre que assenta, actualmente, a referida casa, restando ainda, extramuros da mesma e nas suas traseiras, cerca de metade da câmara.

Mais nos informam os mesmos senhores que nada encontraram no corredor a não ser grande quantidade de calhaus do rio, mas que na parte da câmara posta a descoberto para a

abertura dos caboucos da casa, tinham sido encontradas diversas ossadas, algumas delas com a cabeça apoiada sobre um grande calhau, à laia de almofada. Mais encontraram, mas a pouca profundidade um esqueleto, tendo junto da cabeça uma candeia de barro (lucerna?) e um vaso contendo algumas moedas.

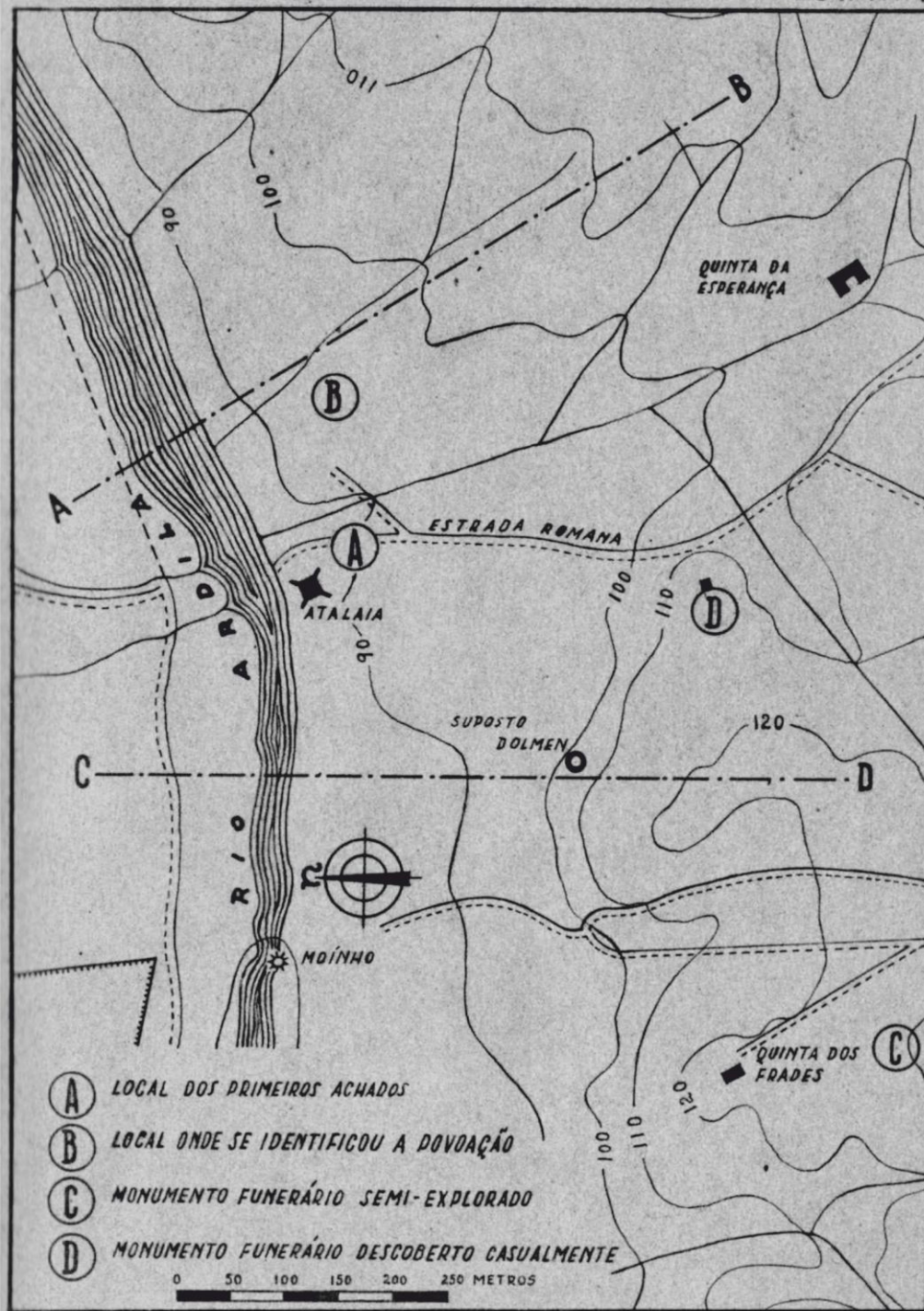
Esta descrição, que basta por si para confirmar a existência, naquele local, de um monumento semelhante ao da Quinta dos Frades, sugere-nos também que o dólmen foi utilizado posteriormente como sepultura (talvez na época romana), procedimento que se tem verificado em vários monumentos semelhantes, como referem diversos autores.

Cremos ainda que existe um terceiro monumento a 250 ou 300 metros a sudeste da atalaia, na vertente que desce em direcção ao nateiro que domina o rio. Esta suposição baseia-se no facto de nesse local emergirem do solo os topos de 2 ou 3 lages de xisto, rodeadas por pequeno montículo artificial, xisto este que não existe no estado nativo naquela região, uma vez que esta se encontra recoberta por denso manto de aluviões do terciário, encontrando-se o xisto do arcaico a uma profundidade (naquele local) de 20 a 25 metros, tornando-se, por consequência, ilógico um afloramento.

Ultimamente, fui informado pelo Exm^o. Sr. André Maria Fernandes, que na Pardaloqueira, local a 200 ou 300 metros ao sul do local onde se encontra a estação de que nos vimos ocupando, num olival pertencente a seu cunhado, Sr. António Manuel Delgado, havia sido posta a descoberto, há anos, por ocasião da lavoura costumeira, uma sepultura, do tipo “cista”, constituída por 4 placas de piçarra negra, desconhecendo, no entanto, se haviam sido encontrados alguns objectos dentro da sepultura.

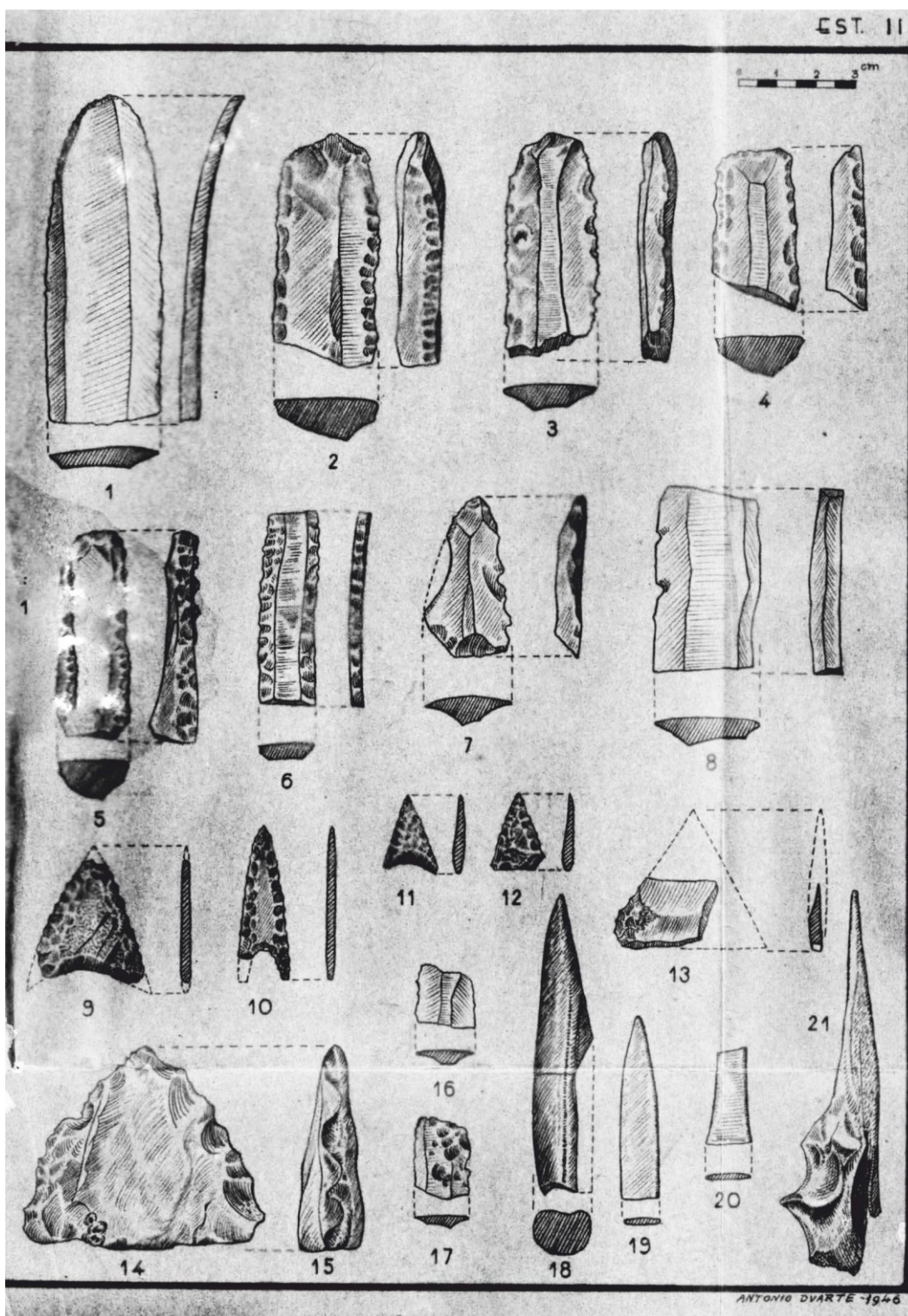
(1), (2), (3), (4) e (5): - Aos Exmos. Senhores Presidentes da Comissão dos Coutos de Moura; Francisco Garradas Sameiro; Dr. Manuel do Carmo Raposo Lúcio; Caseiro da Quinta da Esperança; José Godinho Cunha; Ilustre Presidente da Câmara Municipal de Moura; André Maria Fernandes; José Camacho e Victor Complectas, aqui vinculamos os nossos agradecimentos pelas informações e facilidades que tiveram a bondade de nos dispensar e, sem as quais, não teria sido possível realizar o modesto trabalho aqui apresentado.

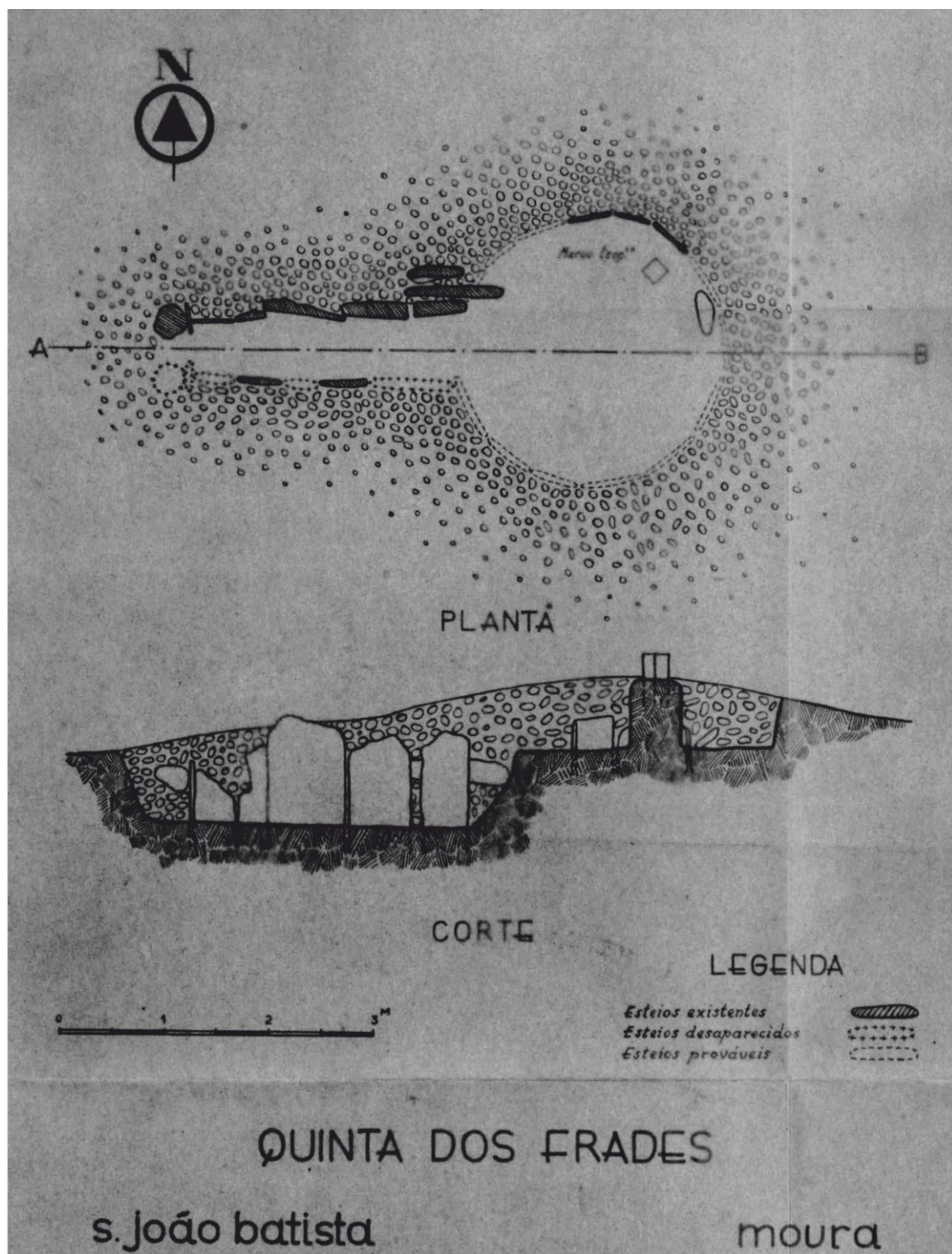
EST. Nº 1



ANT. DYARTE - 1947

0 1 2 3 cm





Introdução

No concelho de Moura encontram-se identificados cerca de 460 sítios arqueológicos, dos quais apenas duas dezenas correspondem a sítios da Idade do Bronze.

Apesar deste escasso número, que poderá erradamente interpretar-se como uma ausência de importância do território mourense ao longo deste período, alguns dos sítios da Idade do Bronze assumem uma grande relevância no quadro da arqueologia portuguesa, face ao interesse que a investigação científica lhes dedicou. Sítios como Carapinhais, Safara, Álamo, Serra Alta ou Castro de Ratinhos surgem como referências incontornáveis para quem quer estudar a Idade do Bronze no território português. Ao mesmo tempo, estes breves exemplos demonstram uma ocupação do território desde os primeiros momentos da Idade do Bronze até à sua etapa final.

A região de Moura encontrava-se plenamente integrada nas dinâmicas regionais do Bronze Pleno do Sudoeste, conhecendo-se várias necrópoles similares às identificadas por todo o Sudoeste Peninsular, tal como se manteve fortemente ligada com as regiões vizinhas durante o Bronze Final quando se assiste ao aparecimento de povoados de altura rodeados de complexos sistemas de muralhas que dominavam os territórios envolventes.

Pretendemos, com este trabalho, fazer uma breve viagem pela Idade do Bronze no concelho de Moura, procurando integrar os vestígios aqui conhecidos com a realidade do Sudoeste Ibérico, que conheceu inúmeras novidades ao longo dos últimos anos e terminamos com algumas propostas relativas ao potencial de divulgação dos vestígios arqueológicos deste período.

Palavras prévias

O presente artigo resulta de uma série de felizes coincidências, que criaram a motivação para esta breve resenha sobre a Idade do Bronze no concelho de Moura, sem pretensões de elaboração de uma síntese exaustiva sobre os vestígios arqueológicos deste período.

A história remonta a 2018 quando, no âmbito da realização do inventário da coleção do Museu Municipal de Moura para organização das reservas, os técnicos José Gonçalo Valente e Marisa Bacalhau redescobrem um vaso, que consideraram da Idade do Bronze apesar da escassa informação que lhe estava associada e fazem um primeiro contacto com um dos autores (Miguel Serra), que viria a desenvolver-se posteriormente num pequeno estudo do referido artefacto publicado nas páginas desta mesma revista em 2022¹.

A colaboração com a Câmara Municipal de Moura, no quadro de atuação do Projeto Arqueológico do Outeiro do Circo (Beja), do qual um dos signatários (Miguel Serra) era um dos responsáveis científicos, conhece novo e importante momento com um convite para apresentação de uma conferência sobre a Idade do Bronze em Moura, integrada no ciclo “Arqueoversas”, que teve lugar no Museu Municipal a 24 de Maio de 2022, sob o título “Ouro, bronze, terra e pedra: uma viagem pela Idade do Bronze no concelho de Moura”, e que serviu de guião para o trabalho que agora se apresenta.

A terceira coincidência conduziu à inclusão da coautora Margarida Santos, natural de Moura e estudante do curso de História e Arqueologia na Universidade de Évora, após uma conferência sobre a Idade do Bronze no Alentejo no âmbito da Unidade Curricular Arqueologia das Sociedades Pré e Proto-históricas, em 2024, que resultou no desafio entre os signatários para a produção de um trabalho comum sobre a Idade do Bronze em Moura.

Por entre pedras e pedrinhas (e espadas, lanças e joias!)

Álamo, Altas Moras, Altas Moras 2, Borrazeiros, Carapinhais, Carrasca, Castro dos Ratinhos, Cova da Adiça, Gruta da Cova da Adiça, Herdade da Preguiça, Herdade de Dona Catarina, Herdade do Álamo, Monte dos Cerros Verdes 4, Monte Novo, Monte Novo 5, Monte Novo das Sesmarias 1, Monte do Estanislau, Monte do Ramalho 3, Safara, São Pedro e Serra Alta. São estes os nomes dos 21 sítios que se podem encontrar na base de dados Endovélico² com referências a achados ou sítios da Idade do Bronze no concelho de Moura. Mas esta lista pouco

¹ Serra, 2022b

² <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> [consultada a 05.04.2025 às 14h45]

revela sobre a relevância deste período no território mourense, e até poderíamos ser levados a pensar que seria pouca face ao parco número de referências ali presentes. No entanto, este desfile de nomes de sítios, mais ou menos conhecidos de especialistas e gentes locais, não mostra a diversidade de situações a que se reportam, os diferentes momentos dentro da Idade do Bronze a que se referem, a história por trás de cada descoberta ou a importância e impacto de cada sítio ou achado.

Para uma melhor compreensão e arrumação de cada sítio mencionado na longa história da Idade do Bronze é necessário fazer um breve enquadramento sobre este importante período que marca a transição entre a Pré-história e a Proto-história.

Podemos dividir a Idade do Bronze na região do Sudoeste Peninsular em dois grandes momentos, designados como Bronze Pleno e Bronze Final. O primeiro está compreendido genericamente entre 2000 a 1200 a.C. e o segundo entre 1200 a 750 a.C.³.

O Bronze Pleno do Sudoeste é essencialmente marcado por um povoamento disperso constituído por povoados abertos situados em zonas de planície ou em relevos de fácil acesso, nas proximidades de bons solos agrícolas e cursos de água. Nesses sítios evidencia-se a presença de conjuntos de fossas escavadas na rocha branda, que terão servido como silos de armazenamento, mas cumprindo também outras funções, incluindo a de servirem como sepulturas, função claramente associada aos hipogeus que também se encontram nestes povoados. Para além destas tipologias de enterramento, conhecem-se diversas necrópoles de cistas, que podem surgir concentradas ou mais isoladas, com ou sem tumulus e em alguns casos assinaladas com estelas, demonstrando um certo polimorfismo arquitetónico, apesar da pouca visibilidade ou monumentalidade destas construções. A viragem para o Bronze Final traz grandes mudanças nas estratégias de povoamento e no mundo funerário. Apesar da manutenção de povoados abertos de planície, surgem povoados fortificados em altura, por vezes com dimensões assinaláveis e complexos sistemas defensivos, que monumentalizam a paisagem, em simultâneo com uma aparente invisibilidade do mundo funerário, que se torna oculto ou assiste a

³ Mataloto, Martins e Soares, 2016, p. 330

mudanças nas práticas que praticamente não deixam marcas preservadas no registo arqueológico⁴.

No concelho de Moura encontramos situações com enquadramento nestes dois momentos e que vão ao encontro do que se conhece em outras regiões próximas.

O Bronze Pleno do Sudoeste no concelho de Moura

Do conjunto de sítios referenciado no capítulo anterior enquadrámos claramente neste período, todos aqueles que se associam ao mundo funerário e que são constituídos por sepulturas de tipo cista.

Assim, **Altas Moras 2**, **Borrazeiros**, **Carapinhais**, **Herdade de Dona Catarina**, **Monte Novo**, **Monte Novo 5**, **Monte do Estanislau** e **Monte do Ramalho 3**, inserem-se nas arquiteturas funerárias do Bronze Pleno do Sudoeste, apesar do diferente conhecimento que possuímos sobre cada um destes sítios.

O sítio de **Altas Moras 2**, localizado na freguesia de Póvoa de São Miguel, foi intervencionado no âmbito dos trabalhos do Bloco 9 do plano de minimização de impacto ambiental da Barragem do Alqueva e as escavações arqueológicas permitiram a identificação de duas cistas, num local onde já havia sido recolhido um recipiente cerâmico enquadável no Bronze do Sudoeste. Ambas as cistas já se encontravam muito destruídas e não se recolheu qualquer espólio no seu interior. Os trabalhos permitiram ainda a recolha de alguns materiais que poderão estar associados a um contexto de habitação nas proximidades da necrópole, mas não se conseguiu determinar a sua cronologia⁵. Para um outro sítio, **Altas Moras**, também indicado com cronologia da Idade do Bronze, não possuímos indicações seguras para a devida caracterização.

⁴ Serra, 2021

⁵ Albergaria e Melro, 2002, p. 129; Albergaria e Melro, 2013, p. 53

No mesmo quadro de atuação decorreu a intervenção na necrópole de **Monte Novo**, também na freguesia de Póvoa de São Miguel. Neste caso também se documentaram duas cistas, mas em melhores condições de preservação, sendo ainda visível parte do *tumulus* que as envolvia. Uma das cistas estava bem preservada, mas havia sido violada, enquanto a outra, igualmente bem preservada, continha um recipiente cerâmico praticamente completo⁶.

Para os sítios de **Monte Novo 5** e **Monte do Ramalho 3**, ambos na Póvoa de São Miguel, não dispomos de qualquer publicação e apenas contamos com breves descrições. Para o primeiro sítio são referidas duas cistas quadrangulares, em xisto, possuindo cerca de 50 cm de cada lado e que se situam num caminho que desce do Monte Novo para Sudoeste, na direção da confluência da Ribeira do Zebro com o Rio Guadiana⁷. Para o Monte do Ramalho 3, a descrição é ainda mais parca e limita-se a referir a localização de uma necrópole no topo de uma pequena elevação, onde se observavam muitos blocos de xisto⁸.

Uma outra necrópole, o **Monte do Estanislau**, localizada na freguesia de Amareleja, seria de dimensão assinalável, a confiarmos nos relatos que aí referem a existência de treze cistas⁹, que já não se observam atualmente e sobre as quais pouco se sabe.

Da **Herdade de Dona Catarina**, localizada no Sobral da Adiça, surge um relato de mais uma necrópole, porventura já desaparecida. No local indicado como Horta do Meio detetaram-se várias sepulturas escavadas na rocha, com as paredes formadas por pequenas lajes e cobertas com grandes lajes de xisto. Não existe uma descrição mais exaustiva sobre a sua quantidade ou distribuição, mas é referido que continham esqueletos depostos em posição fetal, sem qualquer descrição da presença de espólio¹⁰. Apesar nos escassos dados disponíveis, será de assumir tratar-se de mais uma necrópole de cistas do Bronze do Sudoeste.

O mesmo caso se aplicará a um conjunto de sepulturas na **Herdade do Touril** (Sobral da Adiça), não indicadas em base de dados, mas mencionadas por Fragoso de Lima, com situação análoga à da Herdade de Dona Catarina, com sepulturas em número indeterminado, cobertas por

⁶ *Idem*, 129; *Idem*, p. 53

⁷ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=57064> [consultado a 05.04.2025 às 22h31]

⁸ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitio&subsid=2462529> [consultado a 05.04.2025 às 22h35]

⁹ Lobato, 1961, p. 20

¹⁰ Lima, 1988, p. 56-57

grandes lajes de xisto e contendo esqueletos em posição fetal. Grande parte desta necrópole já havia sido destruída aquando da visita de Fragoso de Lima, que, no entanto, ainda refere a existência de duas cistas não profanadas¹¹.

Mas sem dúvida, que o sítio de referência em termos da caracterização das necrópoles do Bronze do Sudoeste em Moura é o **Carapinhais**, também na freguesia de Sobral da Adiça. Identificada em 1999, esta necrópole foi alvo de trabalhos arqueológicos de salvamento entre 2000 e 2002, que permitiram a caracterização de quatro cistas, parcialmente escavadas no solo, formadas por lajes de xisto e que ainda conservavam parte dos *tumuli* que definem recintos circulares, mas com as lajes de cobertura já removidas. O espólio funerário era escasso e resumia-se a um vaso cerâmico hemisférico e dois outros fragmentos cerâmicos de uma das cistas e um conjunto de 17 contas de colar proveniente de outra.

A necrópole dos Carapinhais assume-se como um caso excecional, no quadro do Bronze do Sudoeste de Moura, apresentando uma arquitetura com paralelos na necrópole da Atalaia (Ourique), o que a torna um caso único na Margem Esquerda do Guadiana¹². (Fig. 1)

A esta lista de sítios podemos, com algumas reservas, acrescentar a **Serra da Preguiça** (Sobral da Adiça) e o sítio de **Abroteiras/Abutreiras** (Safara e Santo Aleixo da Restauração).

O primeiro foi local de recolha de um vaso globular que possui paralelos com outros recolhidos em contextos funerários. O estado de preservação do vaso levou a colocar-se a hipótese de ser proveniente de um contexto funerário selado, mas pouco se sabe sobre a sua proveniência efetiva¹³ (Fig. 2).

No segundo, identificou-se uma mamoa, com cerca de 20 metros de diâmetro, delimitada por um anel pétreo e com alguns esteios salientes ao centro, cuja configuração parece ter semelhanças com outras necrópoles de cistas com *tumulus*¹⁴, tal como registado em

¹¹ *Idem*, p. 57

¹² Soares, Deus e Correia, 2007

¹³ Serra, 2022b

Carapinhais, o que a tornaria apenas o segundo caso com este tipo de arquitetura na Margem Esquerda do Guadiana (Fig. 3).

Apesar das dúvidas subsistentes sobre algumas descrições antigas a que acresce o aparente desaparecimento de muitos dos vestígios assinalados, estamos perante um interessante conjunto de oito a onze necrópoles do Bronze do Sudoeste, que exibem situações distintas em termos de implantação no terreno, nas arquiteturas, nas práticas funerárias e nos espólios, cujo estudo só poderá ser aprofundado no quadro de projetos de investigação especificamente orientados para estas problemáticas.

Para além das situações indicadas há que acrescentar, mais uma vez com algumas reservas, um outro sítio a esta lista para o Bronze do Sudoeste, o **Monte Novo das Sesmarias 1**, na União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador. Trabalhos arqueológicos aqui realizados em 2015 levaram à identificação de uma fossa, de cronologia indeterminada, o que não permite uma clara adscrição cronológica. No entanto, é também referido que nas suas proximidades foram identificadas outras evidências, como um hipogeu de câmara semicircular e antecâmara retangular e duas estruturas negativas em forma de “osso” que nos levam a colocar a possibilidade de estarmos perante um povoado aberto de fossas, com necrópole de hipogeus, semelhante aos documentados nos territórios vizinhos¹⁵.

O Bronze Final do Sudoeste no concelho de Moura

A viragem para o Bronze Final é assinalada por grandes transformações nas estruturas de povoamento e na configuração social. É a época de afirmação dos grandes povoados fortificados, locais de residência das elites guerreiras que exibiam armas e joias áureas, mudando o foco de coesão social do mundo dos mortos para o mundo dos vivos¹⁶.

Os vestígios deste período conhecidos para o concelho de Moura são um claro reflexo dessas mudanças. Assim, registam-se importantes povoados de altura, fortificados ou não, como

¹⁴ Serra *et al.* 2024, p. 12, 13; Almeida *et al.* 2024, p. 167

¹⁵ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3237512> [consultado a 06.04.2025 às 12h02]

¹⁶ Serra, 2021, p. 128-129

o Álamo, Carrasca, Castro dos Ratinhos e Serra Alta, em claro contraste com a menos conhecida ocupação rural, para a qual se assinala a presença de um possível casal agrícola no Monte dos Cerros Verdes 4. Certas práticas, talvez associadas à demarcação simbólica e à sacralização do espaço por parte das comunidades desta fase¹⁷, estarão representadas através de depósitos de armas como as lanças de Alqueva e as espadas de Safara ou o impressionante tesouro áureo da Herdade do Álamo.

Este último constitui, por ventura, um dos mais extraordinários achados do Bronze Final no Sul do território português. Foi encontrado em 1930 perto do Sobral da Adiça¹⁸, pelo trabalhador rural António Pina, durante trabalhos de desmatção na **Herdade do Álamo**. É constituído por um conjunto de cinco joias, quatro das quais estavam depositadas numa frecha de uma rocha, enquanto outra já estaria na posse do proprietário, que seriam posteriormente adquiridas pelo Museu Etnológico Leite de Vasconcellos (atual Museu Nacional de Arqueologia), passando a integrar a coleção de ourivesaria arcaica deste museu¹⁹.

Para além da espetacularidade das joias, a sua importância advém sobretudo das diferentes técnicas metalúrgicas utilizadas no fabrico das distintas peças. É constituído por dois braceletes, um colar compósito, um colar simples e um colar laminiforme, que revelam um vasto conjunto de fenómenos tradicionais e inovadores, conciliando aspetos da ourivesaria arcaica com novas técnicas introduzidas pelos navegadores fenícios e que se irão desenvolver durante a Idade do Ferro²⁰ (Fig. 4).

O fenómeno das deposições metálicas também está atestado no concelho de Moura através de depósitos de armas.

O chamado “**Depósito de Alqueva**”, foi adquirido em 1984 em Setúbal e, segundo informações prestadas pelo vendedor, teria sido descoberto numa lapa na margem direita do Guadiana, em local onde se viria a construir o paredão da barragem de Alqueva, nas proximidades do Castro de Ratinhos, povoado fortificado do mesmo período, situado na

¹⁷ Vilaça, 2007, p. 16

¹⁸ Lima, 1988, p. 56

¹⁹ <https://arquivo.cm-moura.pt/descriptions/21567>

²⁰ Armbruster e Parreira, 1993, p. 74-76.

margem esquerda.

As três peças do “depósito” enquadram-se na panóplia guerreira conhecida para os finais da Idade do Bronze, sendo constituído por uma ponta de lança e dois contos, cujas composições revelam duas produções diferenciadas²¹.

Outras duas pontas de lança do concelho de Moura foram recolhidas na **Serra de Borrazeiros** (Fig. 5) e no Castro de São Bernardo, este último com uma ocupação sobretudo atestada para o Calcolítico, onde a ponta de lança surge numa coleção de artefactos atribuídos um “depósito de fundidor” de cronologia anterior²².

Um outro caso de depósito de armas poderá ser atribuído às duas espadas, tipo “língua de carpa”, de **Safara**, possivelmente provenientes de meio aquático, mas sobre as quais nada se sabe relativamente às circunstâncias do achado²³. Esta situação reforçaria a ligação das espadas ao mundo atlântico, onde este tipo de deposições rituais refletem cerimónias públicas com elevado significado simbólico, aspeto aparentemente relacionado com a ponta intencionalmente fraturada de um dos exemplares de Safara. O facto de aparecerem em par, como “espadas irmãs” é outro aspeto que reforça os laços atlânticos e as aproxima do mito das “divindades gémeas” com larga expressão na Europa Ocidental e Central²⁴.

Mas nem só de achados de deposições se faz o Bronze Final em Moura.

Apesar do escasso número de povoados identificado, até ao momento, conhecem-se três ou quatro povoados de altura, inseridos nas novas formas de ocupação do território que emergem durante o Bronze Final.

O sítio de **Carrasca** surge referenciado como um povoado fortificado onde foram

²¹ Cardoso, Guerra, Gil, 1992

²² *Idem*, 1992, p. 240-241; Cardoso, Soares, Araújo, 2002; Ferreira, 1971

²³ Vilaça, 2007, p. 50

²⁴ Vilaça, 2014, p. 114

recolhidas peças metálicas que permitiram a sua integração no Bronze Final²⁵, mas permanece em grande parte mal conhecido.

O povoado do **Álamo**, em Sobral da Adiça, situa-se na Serra do Álamo, um prolongamento da Serra da Adiça, ocupando uma área de contornos indefinidos, sem que se tenha observado qualquer sistema defensivo. A sua integração no Bronze Final encontra-se bem atestada pelos materiais recolhidos à superfície, com destaque para as cerâmicas com decoração de “ornatos brunidos”. O já referido tesouro do Álamo foi descoberto na sua envolvente próxima, o que lhe confere um carácter especial dentro da rede de povoamento desta época²⁶.

A poucos quilómetros para Norte do povoado do Álamo situa-se a Serra Alta, um dos grandes povoados da margem esquerda do Guadiana, apesar de não se conhecer com exatidão a sua superfície de ocupação. O sítio apresenta encostas íngremes para Oeste e Norte, que lhe conferem proteção natural, enquanto que para Este sugere-se a existência de um possível dispositivo defensivo denunciado por algumas plataformas na vertente menos íngreme. Entre os materiais recolhidos à superfície contam-se cerâmicas com decoração de “ornatos brunidos”, taças e tijelas carenadas, pegas mamilares alongadas e denticulados de foice²⁷. A sua dimensão e posição dominante em relação a vários corredores de passagem naturais conferem-lhe um importante estatuto entre os grandes povoados do Bronze Final do Sul do território português, sugerindo-se que pudesse ser um dos principais locais que funcionaria como sede de poder dentro da proposta de hierarquização do povoamento deste período²⁸.

O **Castro de Ratinhos** é o povoado fortificado do Bronze Final mais extensamente escavado no Sul do país e, naturalmente, dos que mais informações aportou para o conhecimento das dinâmicas de povoamento neste período.

Foi dado a conhecer por Fragoso de Lima em meados do século XX, destacando-se desde

²⁵ Moita, 1965

²⁶ Soares, 2013, p. 281

²⁷ *Idem*, p. 280-281

²⁸ *Ibidem*, 297-298

logo pela presença de cerâmicas de “ornatos brunidos”²⁹. O sítio, localizado no topo de uma imponente colina na margem esquerda do Guadiana, foi alvo de importantes trabalhos arqueológicos entre 2004 e 2007, que permitiram identificar várias linhas de muralhas, incluindo uma zona de acrópole, constituindo um dos mais complexos sistemas defensivos do Bronze Final no Sudoeste Peninsular (Fig. 6).

Os trabalhos realizados no Castro de Ratinhos permitiram situar a sua fundação por volta de 1100 a. C., constatando-se a existência de cabanas de planta oval construídas com barro e colmo, distribuídas por várias plataformas escalonadas. Encontrava-se protegido por várias linhas de muralhas de construção complexa, delimitadas por um monumental fosso escavado na rocha. Entre o final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro, assiste-se a importantes mudanças no Castro dos Ratinhos, como consequência dos contactos com as colónias fenícias do litoral que aqui procuravam sobretudo recursos mineiros, como o cobre e a prata. Nesta fase acrescentam-se novas edificações na zona da acrópole, nomeadamente um edifício de planta retangular, com paralelos construtivos no Mediterrâneo Oriental, a que se sucedeu o seu abandono no século VII a.C.³⁰. Recentemente foi alvo de novos trabalhos, com recurso a métodos não intrusivos que permitiram rever a sua superfície de ocupação em torno dos 3,8 hectares, em vez dos 5 hectares anteriormente considerados, e definir com maior precisão o contorno das muralhas³¹.

Em relação aos pequenos povoados rurais, o território de Moura oferece escassos dados, ao contrário das regiões vizinhas de Beja e Serpa, onde foram identificados vários sítios com estas características. O **Monte dos Cerros Verdes 4**, na Póvoa de São Miguel, parece-se enquadrar-se nesta realidade, sendo constituído por um pequeno núcleo habitacional, provável casal agrícola situado entre o Bronze Final e a Idade do Ferro³². No entanto, as referências bibliográficas sobre este sítio geram alguma confusão, sendo designado também como Cerros Verdes 4, no qual se identificou uma ocupação calcolítica³³, e Serros Verdes 4, onde se confirmou a presença de três edifícios enquadrados entre os séculos VI e V a.C.³⁴.

²⁹ Lima, 1960

³⁰ Silva e Berrocal-Rangel, 2010

³¹ Fonte, Pereiro, Serra, 2024, p. 134

³² <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56953> [consultado a 06.04.2025 às 22h02]

³³ Valera, 2002, p. 119; Valera, 2013, p. 109

³⁴ Albergaria e Melro, 2013, p. 101

Outro sítio, com informação insuficiente, mas que também poderá integrar esta categoria é São Pedro, localizado na União de Freguesias de Moura e Santo Amador. Situa-se num cabeço pouco elevado, com encostas suaves onde se recolheram materiais pré-históricos, nomeadamente núcleos e lascas em quartzito, alguma indústria lítica afeiçãoada e polida, incluindo um machado em anfibolito, um dormente um movente, ambos em granito e um bracelete ou colar decorado em liga de cobre³⁵. Os materiais líticos não ajudam a confirmar uma clara integração na Idade do Bronze e o artefacto em liga de cobre, após ser sujeito a análises de fluorescência de raios X, é, afinal, um adorno produzido no século XX³⁶.

De interpretação mais duvidosa são as referências à existência de minas exploradas durante a Idade do Bronze, como **Cova da Adiça** e a **Mina da Preguiça**, ou a presença de arte rupestre esquemática em grutas, também atribuída ao mesmo período³⁷.

Apesar da aparente invisibilidade do mundo funerário durante o Bronze Final, existem dois casos no concelho de Moura que merecem menção.

Fragoso de Lima refere uma necrópole de incineração em **Borrazeiros** (Sobral da Adiça), onde se recolheram três machados, uma ponta de lança e vasos esféricos, situação idêntica que identifica na **Herdade do Touril**, onde lhe é transmitido o aparecimento de vasos semelhantes³⁸. Ambas situações merecem sem dúvida mais investigação, pela excecionalidade destas práticas na região e sobretudo pelo tipo de associações de Borrazeiros, que constitui um caso deveras singular³⁹.

³⁵ Valério *et al.*, 2013, p. 170

³⁶ *Idem*, 2013, p. 171

³⁷ Lima, 1988, p. 51-52

³⁸ Lima, 1988, p. 57

³⁹ Vilaça, 2014, p. 110

Uma Idade do Bronze para todos

A Idade do Bronze deixou marcas na arqueologia do concelho de Moura através de achados como o famoso tesouro do Álamo, apesar de tal, o número de sítios é reduzido, quando comparado com territórios vizinhos, e o seu estudo possui lacunas por preencher⁴⁰. Assim sendo, devemos agora reconhecer a importância de abordar este período através de medidas de divulgação patrimonial voltadas para a região, tendo em vista o mundo em que nos inserimos, onde a atenção é cada vez mais breve e difícil de captar. A disseminação do conhecimento arqueológico assume assim um papel crucial na preservação do passado e na formação de uma comunidade informada e envolvida com o seu património. A sensibilização da população previne que atividades pseudo-arqueológicas, ou meramente desinformadas, sejam efetuadas como, escavações não autorizadas ou saques e tráfico de artefactos, ações estas que podem ter consequências graves para a preservação do património cultural e a investigação científica.

Não devemos, porém, pensar que atividades e projetos de divulgação são algo inovador no que toca à promoção do conhecimento patrimonial da Idade do Bronze no sudoeste português. Pelo contrário, foram diversos os projetos de divulgação postos em prática nas últimas décadas, sendo pertinente ressaltar a particular importância de iniciativas de envolvimento comunitário como o projeto “12 Lugares, 12 Meses, 12 Histórias” que promoveu eventos mensais em todas as freguesias do concelho de Beja, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre este período⁴¹, e ações voltadas ao turismo como o projeto “ArqueoLocí”⁴², tornado público a 22 de julho de 2022 e cujo objetivo é valorizar sítios arqueológicos por meio de programas de visita, facilitando a comunicação em Arqueologia com foco na experiência presencial e na transmissão de conhecimento ao público.

Ao divulgar o conhecimento arqueológico, preenchemos a lacuna entre o passado e o presente que não seria de outra forma possível, assim, a arqueologia serve como uma ferramenta para a educação e o esclarecimento, desperta a curiosidade, incentiva o pensamento crítico e

⁴⁰ Serra, 2022b, p. 32-33.

⁴¹ Serra, 2019, p. 77.

⁴² <https://arqueoloci.wixsite.com/website/arqueoloci-rpta> [consultado a 17.03.2025 às 21h26]

promove a consciência cultural. Através de métodos de divulgação acessíveis e abrangentes à comunidade, como museus, programas educativos e plataformas digitais, podemos cultivar uma geração mais conhecedora da história do seu concelho e envolvida com o património.

Mas a importância da divulgação do conhecimento arqueológico vai além da academia e atinge a sociedade em geral. Promove um sentimento de ligação e pertença, incutindo orgulho nas comunidades locais, assim sendo, o propósito deste segmento será apresentar algumas sugestões para a divulgação do conhecimento da Idade do Bronze no concelho de Moura.

A promoção do conhecimento arqueológico deve assentar numa abordagem multifacetada que combine educação, envolvimento comunitário, tecnologia e iniciativas culturais.

Os museus e as exposições interativas são uma das formas de envolver o público com o património arqueológico, permitindo não apenas a contemplação do espólio, mas também a compreensão do seu contexto histórico. Conforme Martins, citado por Neitzel, Uriate e Franklin⁴³, “[...] *museus não são apenas lugares de guarda da história dos objetos e dos objetos da história. Hão de acolher o visitante [...] para que a preservação do património cultural valorize em cada um de nós a nossa própria história imanada nas coisas [...]*”, podemos assim apreender que a criação de exposições orgânicas e imersivas, como a recriação parcial de assentamentos seria uma opção de oferecer aos visitantes a oportunidade de experienciar a história de forma tangível. Complementarmente, a incorporação de multimédia, atividades práticas e visitas guiadas torna a experiência mais dinâmica e educativa.

O envolvimento comunitário desempenha um papel crucial na valorização do património. Iniciativas como *workshops*, palestras e viagens de campo aproximam as populações locais ao seu património, fomentando um sentimento de orgulho cultural, para além de serem alternativas de divulgação patrimonial relevantes devido à menor exigência de recursos na sua execução comparativamente às sugestões anteriores. Ao envolver escolas, grupos comunitários e organizações patrimoniais, pode criar-se uma rede de indivíduos

⁴³ 2020, p.3.

dedicados a preservar e partilhar o conhecimento da Idade do Bronze do concelho. A arqueologia experimental mostra-se relevante neste aspeto, uma vez que atividades em que a comunidade é convidada a participar diretamente na recriação histórica ganham sempre grande adesão, como podemos observar através da presença online de projetos como o “Ebora Megalithica”⁴⁴.

Paralelamente, o turismo patrimonial e os eventos culturais oferecem oportunidades de valorização económica e cultural. Visitas guiadas, como caminhadas temáticas, são de fácil organização e execução enquanto ao mesmo tempo possuem uma assinalável repercussão pública⁴⁵, o que pode ser confirmado ao ver a aplicação deste meio de divulgação associado a projetos como o “Projeto Arqueológico do Outeiro do Circo (Beja)”, tendo uma destas atividades atingido ao longo de 12 meses o número de 860 participantes⁴⁶. No concelho de Moura, atividades como passeios de barco ou balão sobre a bacia hidrográfica do Alqueva poderiam destacar a importância arqueológica da localização no contexto da Idade do Bronze.

Num mundo cada vez mais digital, devemos pensar também em alternativas que utilizem este meio e não somente o físico. A utilização de ferramentas digitais e recursos *online* abre novas possibilidades de acesso ao património arqueológico. Passeios virtuais, bancos de dados interativos e mapas digitais permitem explorar os sítios arqueológicos remotamente, democratizando o acesso à informação. A criação de um programa à semelhança do projeto “passaporte rupestre”⁴⁷ é uma forma de incentivar a comunidade a visitar diversos pontos de importância histórica, tornando a aquisição de conhecimento num desafio que pretende levar o indivíduo a colecionar o maior número de visitas aos pontos escolhidos, podendo ser premiado pela sua atividade. Além disso, a criação de páginas *online*, campanhas nas redes sociais, podcasts e vídeos educativos podem atingir um público mais amplo e diversificado do que os métodos presenciais.

⁴⁴ <https://www.eboramegalithica.com/> [consultado a 17.03.2025 às 21h40]

⁴⁵ Serra, 2022a, p. 235.

⁴⁶ Serra, 2019, p. 84.

⁴⁷ <https://eupal.prehistour.eu/pasaporterupestre/> [consultado a 17.03.2025 às 21h50]

O caso do Castro dos Ratinhos

Relativamente a um caso em concreto, vejamos o sítio do Castro dos Ratinhos, um povoado fortificado da Idade do Bronze, já devidamente destacado em capítulo anterior.

Para divulgar o Castro dos Ratinhos e aumentar o seu reconhecimento como um sítio arqueológico relevante, podem ser implementadas várias estratégias de divulgação. Nesse sentido, propõem-se três iniciativas para além das previamente sugeridas num âmbito mais geral da Idade do Bronze: a criação de um Centro Interpretativo, o desenvolvimento de Conteúdo Digital, e a implementação de Itinerários Temáticos.

A criação de um **Centro Interpretativo** dedicado ao Castro dos Ratinhos permitiria aos visitantes mergulhar na história e na importância do sítio de forma envolvente e educativa. Esse espaço poderia contar com exposições permanentes e temporárias, apresentando artefactos encontrados no local, acompanhados de painéis informativos que contextualizariam cada peça no período histórico em que foi produzida. Documentários sobre a história do local e os métodos arqueológicos empregados nas escavações ofereceriam uma compreensão mais profunda do sítio. Além das exposições, o centro poderia promover atividades educativas para escolas e grupos, com oficinas temáticas sobre arqueologia, o Bronze Final e o início da Idade do Ferro. Esta sugestão é porém facilmente condicionada pelos recursos disponíveis.

O desenvolvimento de **Conteúdo Digital** como ferramenta de divulgação deste sítio arqueológico ampliaria o alcance do mesmo e tornaria o património mais acessível. A criação de um website interativo dedicado ao Castro dos Ratinhos poderia oferecer uma série de recursos, como tours virtuais, permitindo que os usuários explorassem o sítio digitalmente e observassem o espólio recolhido de forma detalhada através de modelos 3D. Esta ferramenta digital facilitaria o acesso ao conhecimento e atrairia um público mais amplo, promovendo o interesse pelo património arqueológico.

Quanto a **itinerários turísticos**, estes seriam uma opção com exigência de menos recursos e que daria à comunidade e aos visitantes a oportunidade de experienciar o sítio e o território envolvente, permitindo um mais fácil entendimento das dinâmicas do Castro. O

aproveitamento de circuitos já existentes, como o desenvolvido pela EDIA no âmbito do plano de reordenamento e aproveitamento de infraestruturas existentes na envolvente do paredão da barragem do Alqueva⁴⁸, ou a criação de novos trajetos que poderiam ser incluídos em ações de turismo cultural e promovidos a grupos comunitários como escolas, ATLS ou associações, contribuiria para a divulgação do património local e poderia fomentar a economia local, através do aumento do fluxo de visitantes e da dinamização de serviços associados, como guias turísticos, comércio e restauração na área envolvente à barragem.

Estas propostas, articuladas de forma complementar, visam não apenas aumentar a visibilidade do Castro dos Ratinhos, mas também educar o público sobre a sua relevância histórica, contribuindo para a preservação e valorização do património arqueológico do concelho de Moura.

Palavras finais

O presente trabalho não tem a pretensão de constituir uma síntese definitiva sobre a Idade do Bronze em Moura, uma vez que seria necessário aprofundar e confirmar muita da informação aqui enunciada, nem de dar indicações sobre a forma de promover este importante património da região, mas apenas de tecer algumas considerações sobre o potencial científico, patrimonial e turístico que os vestígios arqueológicos deste período encerram.

A existência de alguns sítios e achados paradigmáticos da arqueologia portuguesa em território mourense, o longo historial de investigação sobre a Idade do Bronze na região, a existência de um importante recurso como o Museu Municipal de Moura, entre outros fatores, permitem excelentes condições para um maior investimento quer na investigação científica, quer na salvaguarda e na divulgação deste importante período histórico.

⁴⁸ Silva e Berrocal-Rangel, 2007, p. 224

Agradecimentos

Os autores expressam os seus agradecimentos a José Gonçalo Valente da Câmara Municipal de Moura, pelas diversas informações e precisões prestadas, que permitiram clarificar diversas dúvidas sobre alguns sítios e materiais arqueológicos, bem como pelas cedência e autorização para utilização das imagens das figuras 4 e 5, ressaltando que qualquer erro ou omissão é da responsabilidade dos signatários.

Bibliografia

ALBERGARIA, J. e MELRO, S. (2002) – Trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Bloco 9. Plano de minimização de impacto ambiental da barragem do Alqueva. *Al Madan*, 11, p. 128–133.

ALBERGARIA, J. e MELRO, S. (2013) – *Ocupação Proto-histórica na Margem Esquerda do Guadiana*. Memórias d'Odiana, 2ª série, 7. Évora: Estudos Arqueológicos do Alqueva.

ALMEIDA, N., SERRA, M., REIS, J., COSTA, L. e BARREIRA, J. (2024) – Passado, presente e futuro do Megalitismo no Baixo Alentejo: os Municípios de Vidigueira, Cuba, Alvito, Moura e Serpa (Distrito de Beja). In Fabião, C., Diniz, M., Carvalho, A. F., Silva, F. P. e Valera, A. C. (eds), *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular. Arqueologia, Património e Turismo*. Estudos & Memórias, 25, Lisboa: Uniarq/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 157-173.

ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria, 1: do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. e ARAÚJO, M. F. (2002) – O espólio metálico do Outeiro do São Bernardo (Moura): uma reapreciação à luz de velhos documentos e de outros achados. *O Arqueólogo Português*, 20, p. 77-114.

CARDOSO, J. L., GUERRA, M. F. e GIL, F. B. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final Português. *Mediterrâneo*, 1, p. 231-250.

FERREIRA, O. V. (1971) – Um esconderijo de fundidor encontrado no Castro de S. Bernardo (Moura). *O Arqueólogo Português*, 5, p. 139-143.

FONTE, J., PEREIRO, T. e SERRA, M. (2024) – Novos dados sobre o Castro dos Ratinhos (Moura, Baixo Alentejo) a partir de prospeção geofísica magnética e levantamento drone-LiDAR. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 50 (2), p. 119–135.

LIMA, J. F. (1960) – Castro dos Ratinhos (Moura, Baixo Alentejo, Portugal). *Zephyrus*, 11, p. 233-237.

LIMA, J. F. (1988) – *Monografia Arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

LOBATO, J. R. (1961) – *Amareleja. Rumo à sua História*. Évora: Gráfica Eborense.

MATALOTO, R., MARTINS, J. e SOARES, A. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados e tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, p. 303-338.

MOITA, I. (1965) – A carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana e o Museu de Serpa (projecto). *Lucerna*, 4, p. 140-152.

NEITZEL, A., URIATE, M. e FRANKLIN, K. (2020) – O museu de ciências como espaço de provocação dos sentidos. *Eccos Revista Científica*, 53.

SERRA, M. (2019) – 12 lugares, 12 meses, 12 histórias. A Idade do Bronze na região de Beja. *Al Madan Online*, 22 (4), p. 77–86.

SERRA, M. (2021) – A Slow Awakening on the Plain: The Bronze Age in the Beja Region (South Portugal). In Lopes, S. and Gomes, S. (eds.), *Between the 3rd and 2nd Millennia BC: Exploring Cultural Diversity and Change in Late Prehistoric Communities*. Oxford: Archaeopress, p.119-132.

SERRA, M. (2022a) – 195,4 km na Idade do Bronze. *La Descommunal, Revista Iberoamericana de Patrimonio e Comunidad*, 8, p. 233–247.

SERRA, M. (2022b) – O Vaso do Bronze Pleno do Sudoeste da Serra da Preguiça (Sobral da Adiça, Moura). *Lacant*, 2, p. 27-37.

SERRA, M., BARREIRA, J., COSTA, L., REIS, J. e ALMEIDA, N. (2024) – O Megalitismo do Concelho de Moura. Contributos para uma síntese. *Lacant*, 5, p. 5-19.

SILVA, A. C. e BERROCAL-RANGEL, L. (2007) – O Castro dos Ratinhos (Barragem de Alqueva, Moura): Da descoberta em meados do século XX à valorização científica e patrimonial no início do século XXI. *Vipasca – Arqueologia e História*, 2, 2ª série, p. 219-231.

SILVA, A. C. e BERROCAL-RANGEL, L. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura): Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. *O Arqueólogo Português, Suplemento* (6).

SOARES, A. M.; DEUS, M. e CORREIA, J., (2007), Necrópole dos Carapinhais (Sobral da Adiça, Moura). *Vipasca. Arqueologia e História*, 2ª série, 2, p. 180-190.

VALÉRIO, P., MONTEIRO, M., SOARES, A. M. e ARAÚJO, M. F. (2013) – O “bracelete” de São Pedro (Moura) – antigo ou moderno? *Emerita – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1, p. 169-171.

VALERA, A. (2002) – Pré-história Recente da Margem Esquerda do Guadiana. Bloco 5. *Al Madan*, 11, p. 117–121.

VALERA, A. (2013) – As comunidades agropastoris na Margem Esquerda do Guadiana. 2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC. *Memórias d’Odiana*, 2ª série, 6. Évora: Estudos Arqueológicos do Alqueva.

VILAÇA, R. (2007) – Depósitos de bronze do território português. Um debate em aberto. *Conimbriga*. Anexos 5.

VILAÇA, R. (2014) – Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C. Entre a tradição e a inovação. In Vilaça, R. e Serra, M. (eds.), *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Instituto de Arqueologia/FLUC, Palimpsesto, CEAACP, p. 101-125

[http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/]



Fig. 1 – Cista 2, com tumulus, da necrópole de Carapinhais (Soares et al. 2007)



Fig. 2 – Vaso da Serra da Preguiça (Serra, 2022b)



Fig. 3 – Mamoa de Abruteiras (foto: Miguel Serra)

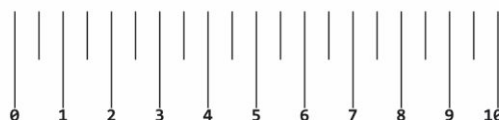


Fig. 4 – Réplica de colar do Tesouro do Álamo do Museu Municipal de Moura (foto: Câmara Municipal de Moura)



Fig. 5 – Ponta de lança de Borrazeiros (foto: Câmara Municipal de Moura)



Fig. 6 – Vista do Rio Guadiana a partir do Castro de Ratinhos (foto: Miguel Serra)

Introdução

A ideia para a realização de um trabalho deste género começou a germinar quando iniciámos os trabalhos de pesquisa bibliográfica no âmbito da revisão do Plano Director Municipal de Moura. A posterior relocalização, aferição de coordenadas e delimitação de áreas de dispersão de materiais de sítios arqueológicos em contexto rural, apenas reforçou a nossa convicção de que seria necessário trazer para debate, alguns temas relacionados com o passado romano de Moura e do seu território.

A visão de conjunto que conseguimos obter com a cartografia dos sítios, uma série de novas epígrafes surgidas nas intervenções arqueológicas realizadas no Castelo¹, a reanálise de outras há muito conhecidas e os avanços entretanto verificados na formulação de hipóteses relativas ao nome antigo do sítio, nomeadamente para os períodos Visigótico e Islâmico, deixavam-nos com a sensação de que, mesmo sem sermos especialistas no período Romano, poderíamos arriscar e contribuir para lançar as bases para a reabertura da discussão relativamente à natureza e estatuto de Moura, durante essa época.

Imprescindíveis para qualquer reflexão que se queira fazer relativamente a este período, continuam a ser os trabalhos de José Fragoso de Lima, a maior parte deles realizados entre as décadas de 30 e 60 do século XX (Lima, 1999 e 2003). A atenção do arqueólogo mourense centrou-se, sobretudo, no núcleo urbano, seus arredores e, em particular, na região a Sul² da atual cidade. Serão ainda os seus trabalhos a servir de base para o Catálogo da Exposição “Moura na Época Romana” (1990) que, em grande medida, permanece a síntese mais completa ao nosso dispor. As suas observações e recolhas de informação permanecem, também, fundamentais para o mapeamento de vestígios romanos sob o atual núcleo urbano.

A partir dos finais dos anos 90 e até aos dias de hoje, a implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, tanto através do seu plano de minimização de impactos negativos sobre o património, como dos trabalhos de movimentação de solos

¹ Informação já devidamente sintetizada por José d'Encarnação (2022, pp. 38-50).

² Fragoso Lima, (1999) faz referência e caracteriza os sítios de Corte do Alho (CNS 2587), Messangil/Fonte de São Miguel (CNS 6738), Poço das Sapateiras/Belmeque (CNS 2577), Monte da Salsa (CNS 12149), Herdade da Tapada (CNS 5984), Herdade da Torre (CNS 6305).

relacionados com a adaptação da agricultura ao regadio, têm aumentado de forma substancial o nosso conhecimento sobre as ocupações do período romano em ambiente rural.

Ainda neste âmbito e na ausência de prospeções arqueológicas realizadas de forma sistemática em todo o território, outros projectos de grande dimensão, que no caso do concelho de Moura se traduzem sobretudo na construção de centrais de produção de energia solar fotovoltaica têm, também, através dos anexos dedicados ao Património incluídos nas Avaliações de Impacto Ambiental, dado um importante contributo para que se obtenha um retrato mais completo sobre as ocupações humanas neste território.

No entanto, são muito poucos os sítios com escavações arqueológicas realizadas e o território prospectado no âmbito da minimização de impactos, apesar de contribuir com informação relevante, ocorre de forma circunstancial e não no âmbito de um processo coerente de investigação com objetivos e critérios bem definidos o que, naturalmente, acaba por levar a distorções na identificação de estratégias de povoamento. A caracterização da esmagadora maioria dos sítios baseia-se somente na observação de materiais arqueológicos e sua área de dispersão à superfície. Isto coloca também sérias limitações, sobretudo na determinação de diacronias de ocupação e na tipologia dos sítios. Por isso, para já, não avançaremos com propostas de âmbito cronológico e a cartografia de sítios rurais apresentada (Fig.1), tem como principal objectivo demonstrar a pertinência de existência de um centro urbano relevante, capaz de administrar um território vasto, rico e densamente povoado.

Como referiu José d'Encarnação, em 2022, num dos seus muitos e fundamentais contributos: “Sirvam, consequentemente, estes dados para mostrar que a Moura doravante se há-de dar ainda mais atenção no rol de sítios romanos de Portugal” (Encarnação, 2022, p.44).

O núcleo urbano.

Moura parece ter sido ocupada logo a partir de final do século II a.C. ou inícios do século I a.C. (Fig.2) devendo, à semelhança de outros povoados desta zona do Guadiana e Serra de Aroche, ter assumido um papel importante durante o processo de conquista e posterior

pacificação da região (Mataloto, 2015, p.365). No entanto, nas escavações arqueológicas realizadas no Castelo de Moura não foram ainda intervencionados níveis deste período, pelo que, à exceção de materiais surgidos fora de contexto um pouco por toda a área intramuros (Ibid, p.367, fig..13), não dispomos ainda de informação suficiente para avançar com grandes hipóteses relativamente à natureza e dimensão do sítio durante este período inicial.

A partir do século I, a ocupação tem também expressão nos terrenos em volta do castelo. Estes vestígios (Alarcão, 1990), recolhidos fortuitamente na área urbana e periurbana da cidade, permitem atestar a densidade da ocupação e a existência de várias necrópoles, relativamente às quais temos bastante informação epigráfica (fig.3).

Como já referimos, a esmagadora maioria dos dados disponíveis resultam de achados ocasionais ou de observações e informações recolhidas, há dezenas de anos, por José Fragoso de Lima, na maior parte das vezes sem grandes detalhes relativamente à sua localização exata. Temos, contudo, a confirmação de algumas dessas observações, através de registos mais recentes da ocorrência de materiais de cronologia Romana, sobretudo cerâmica de construção, que surgem com bastante frequência e em quantidades assinaláveis, sempre que há trabalhos de reparação no sistema de águas e saneamento, em locais como o Largo de Santa Comba, Travessa de Misericórdia e zona envolvente da Igreja de são João Batista e Rua de Aroche (Fig.4), zona que Fragoso de Lima menciona como sendo a que apresenta maior número de vestígios (Lima, 1999, p.69). Foi durante os trabalhos de construção do centro paroquial, no início da Rua de Aroche que, no início dos anos 90 do século XX, foram recolhidos os fragmentos de 3 dos dolia com a estampilha “*Eclesiae S(an)c(t)e Marie Lacantens(is) i(n) Agripi*”, que se viriam a revelar determinantes para o apuramento do nome antigo de Moura (Macias, Valente, Gaspar, 2014) (Fig.4).

Há alguns anos, chegaram-nos relatos de uma provável sepultura de incineração, surgida durante trabalhos de reparação de uma caixa de telecomunicações, no cruzamento da Rua dos Ourives com a Conselheiro Augusto de Castro³. A existência de uma provável necrópole neste

³ A descrição, fornecida por um trabalhador da empresa de telecomunicações, refere uma “caixa” com cerca de 40/50cm de lado, formada por “quatro ladrilhos compridos, mas não muito grossos (tégulas?), com “terra escura no seu interior”. Referiu que a sepultura ainda está no local porque “estava abaixo da cota de escavação”.

local, leva-nos a propor uma configuração do núcleo urbano um pouco diferente da sugerida por Jorge de Alarcão (1990, p.33). Também as sondagens arqueológicas de diagnóstico realizadas em 1998, no nº30 da Praça Sacadura Cabral⁴ (CNS 12269), sob direcção de Miguel Rego, não registaram ocupação anterior aos séculos XVIII. Neste caso concreto, contudo, isso pode encontrar explicação na destruição de ocupações anteriores, como resultado da construção do grande edifício residencial do século XIX que ali se encontrava até finais do século XX, uma vez que, graças aos desenhos de Duarte d'armas, sabemos que a urbanização daquele local se iniciou, seguramente, em momento anterior ao século XVI.

As escavações realizadas no nº6 da 1ª rua da Mouraria (Valente, Macias, Finha, 2019), apesar de terem oferecido alguma cerâmica de cronologia Romana e Alto Medieval (Macias, Valente, Gaspar, 2016, p.41), incluindo um outro fragmento de *dolium* com a estampilha de Lacant (Fig.5), não identificaram quaisquer estruturas ou níveis preservados com essa cronologia, pelo que a integração desta área na malha urbana romana deve ser também encarada com algumas reservas.

O núcleo principal estaria, ao que tudo indica, situado no perímetro do Castelo de Moura, local onde se têm encontrado materiais que testemunham a importância dessa presença. Cerâmicas de cronologia republicana e imperial têm aparecido, algumas delas com bastante qualidade, mas até ao momento sempre descontextualizadas (Lopes, 1990, pp.77-78, figs. 11, 12, 13 e 14; Macias, Gaspar, Valente, 2016, p.40;).

A concentração de elementos arquitetónicos de alguma qualidade no castelo permite-nos ainda supor a existência aí de um espaço monumental ligado ao aparelho do poder – “numa cidade modesta, que não era capital de civitas, não haveria grande fórum, nem teatro ou anfiteatro; mas podemos perfeitamente admitir a existência de um templo com seu recinto ou até de um pequeno fórum adaptado à vida administrativa local» (Alarcão, 1990, p.34).

Propomos assim, com imensas reservas devido à total ausência de intervenções

⁴<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54907>, consultado em 16/05/2025.

arqueológicas nesta área do núcleo urbano, uma configuração que ocuparia uma área com pouco mais de 6 ha⁵ e que para além da colina do castelo e praça Sacadura Cabral, se estenderia pelo espaço compreendido entre a Rua Santana e Costa (Antiga Rua Longa) a Sul, os Cantos João Mendes a Este e a Piscina e mata municipais, a Norte. Relativamente à localização das necrópoles, não propomos alterações às propostas de Jorge Alarcão (1990, p.33), exceptuando o prolongamento para norte da que terá existido na zona da Rua da República⁶, até ao cruzamento entre a Rua dos Ourives e a Rua Conselheiro Augusto Castro, onde estará a acima referida sepultura de incineração (Fig.3).

Também não propomos alterações de maior, relativamente às hipóteses levantadas por Jorge de Alarcão para os sítios periurbanos (1990, pp. 33-35) (fig.3). Por esclarecer devidamente permanece, contudo, a presença, em quantidades significativas, de materiais romanos, sobretudo de construção, numa ampla zona das encostas do Rio Brenhas. Acreditamos que poderão estar relacionados com a existência de pequenas explorações agrícolas numa área que, apesar da pendente, tem terras férteis e leves, com acesso muito fácil à água através das várias nascentes ali existentes⁷ (fig.3).

Os muitos vestígios encontrados nas imediações do actual núcleo urbano devem, de igual modo, ter correspondido a casais ou *villae* periurbanas dedicadas à exploração dos férteis terrenos agrícolas ali existentes, para abastecimento do núcleo urbano com produtos alimentares. No entanto, apenas para a ocupação romana do Convento de Santa Clara conseguimos ter alguma informação segura em termos cronológicos, mercê dos fragmentos de ânforas Dressel 14 e Almagro 51c, que nos indicam uma ocupação que se terá iniciado entre os séculos I-II d.C e que se poderá ter estendido até ao século V (Lopes, 1990, p.80, figs. 16 e 17). Relativamente à tipologia dos diferentes sítios periurbanos, somente o pequeno fragmento de mosaico bicromático (Fig.5), depositado no Museu Municipal, recolhido na Porta Nova, que estaria associado a “uns fornos, uma ânfora, lucernas e moedas de constantino” (Lima, 1999, p.68), parece dar indícios de podermos estar perante uma *villae*.

⁵ Em linha com outras cidades da Betúria como Nertobriga, Contributa e Arucci (Paniego Díaz, 2021, p.284)

⁶ Na Rua da República foram recolhidas duas aras (Encarnação, 1990, p.68, fig.4 e p.69, fig.6)

⁷ ainda hoje em dia se podem observar, em toda aquela zona, várias hortas e quintas.

A informação, de facto, não é muita e a inexistência de escavações arqueológicas na área que propomos ter feito parte do núcleo urbano romano é algo que, tal como acontece com outras propostas anteriores, fragiliza também esta nossa “actualização”. No entanto, os recentes achados epigráficos, assim como a reinterpretação de outros já conhecidos, têm também potencial para ajudar a relançar a discussão em torno da importância e do papel desempenhado por Moura durante a época Romana.

Bética ou Lusitânia? Novos contributos para uma antiga discussão.

Até há pouco tempo parecia ser já relativamente consensual que a margem esquerda portuguesa do Guadiana estaria integrada na província da Lusitânia e não na Bética, apesar de Plínio, o Velho e Pomponio Mela referirem que o Rio Ana servia de fronteira entre as duas províncias (Alarcão, 1995, p.33). Apesar disso, a corrente dominante tem sido a de que a margem esquerda portuguesa do Guadiana constituiria uma das duas exceções a essa fronteira, muito devido à interpretação dada ao topónimo “Fines”⁸, que poderia ilustrar a natureza dessa localidade enquanto etapa final da província da Lusitânia. No entanto, parece agora ganhar novamente força, a ideia de que os geógrafos antigos afinal não se teriam enganado. Pelo menos no que diz respeito ao caso da margem esquerda portuguesa (Encarnação, 2022).

O principal elemento catalisador desse processo foi a redescoberta da Igreja de Santiago durante as escavações arqueológicas de salvamento realizadas devido à construção do Posto de recepção ao turista do Castelo de Moura (Fig.6). A existência de tal igreja em Moura, permanecera praticamente ignorada. Conheciam-se apenas duas referências: uma delas num documento de 1436 (Dias, 1998, p.87 citado por Macias, Gaspar, Valente, 2016, p.65) e outra em documento de venda de um terreno datado de 1563, (A.D.B, Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 7, citado por Macias, Gaspar e Valente, 2016, p.89), que fazia também referência a *“parte de hua parte com a mesma casa de Santiago e parte com casas de don'Isabell de Sequeira e com forro que foj de Simão Coreya”*.

⁸ Corresponde a Vila Verde de Ficalho (Lopes, 2000, p.55)

E como pode a redescoberta de uma igreja medieval, ter impacto na produção de conhecimento relativo ao período romano de Moura? Em primeiro lugar, permitiu que, de forma bastante fundamentada (Carbonell Manils, Gimeno Pascoal, 2016 e 2017), ficasse demonstrado que não faz muito sentido que o pesado e volumoso pedestal com dedicatória a Agripina, feita pela “Civitas Aruccitana” (CIL II 963), tivesse sido transportado, ao longo de aproximadamente 50 km, desde a “Serra de Aroche”⁹ (Encarnação, 1989), até Moura.

Os relatos mais antigos conhecidos sobre a inscrição, surgem no *Codex Filonardianus* e nas síloges de Marin Sanudo e de Peutinger, todos do início do século XVI, que nos dão conta de que estaria reaproveitada numa das paredes da Igreja de Santiago de Moura¹⁰, sem qualquer referência à sua eventual proveniência de outro local. No segundo quartel do século XVI começam a surgir algumas dúvidas relativamente à sua localização, confundindo-se Moura com Morón de la Frontera (Carbonell Manils, Gimeno Pascoal, 2016), povoação próxima de Sevilha, mas sem haver menção a qualquer transporte da peça. André de Resende também a registou, nunca referindo, em momento algum, a possibilidade de a mesma ter vindo da Serra de Aroche. Procura inclusivamente explicar a ilógica presença em Moura de uma inscrição que faz clara referência ao topónimo de uma localidade espanhola, criando uma hipotética cidade denominada *Nova Civitas Aruccitana*, que seria coincidente com Moura. Esta tentativa de explicação, aliás, não faria muito sentido sequer existir, caso Resende tivesse tido conhecimento de que a peça seria proveniente das imediações de Aroche (Carbonell Manils, Gimeno Pascoal, 2017, p.165). No final da década de 80 do século XX, foi desmontada e definitivamente abandonada a ideia da existência de uma *Nova Civitas Aruccitana* (Encarnação, 1989).

Ambrosio de Morales, já no último quartel do século XVI, é o primeiro autor a aludir a uma suposta trasladação da peça desde a Serra de Aroche, (Carbonell Manils, Gimeno Pascoal, 2016, p.325). Esta hipótese, apesar de ser também pouco viável em termos práticos, acabava por ser mais plausível do que a existência de uma suposta *Nova Civitas Aruccitana*, tendo sido a adotada pelos primeiros detratores dessa hipótese levantada por Resende.

⁹ Provavelmente reportando ao local onde, mais tarde, foi identificada a cidade romana de Arucci, junto à Ermida de San Mamés ou da atual localidade de Aroche, um pouco mais a Sul.

¹⁰ A descrição mais completa surge no *Filonardianus* “In villae Morae, in templo s(ancti) Iacobi in quodam angulo” (Carbonell, Gimeno Pascoal, 2016, p.322).

A nosso ver, tanto a hipótese *Nova Civitas Aruccitana*, como a da trasladação do pedestal desde a Serra de Aroche, afiguram-se como menos prováveis do que as duas outras hipóteses levantadas por Carbonell Manils e Gimeno Pascoal (2016). Defendem os autores, que a referência à *Civitas Aruccitana*, naquele contexto cronológico, deve ser interpretada num sentido mais lato, englobando as diversas *gentes* ou *populi* que existiriam no seu território e não apenas um determinado núcleo urbano (Ibid. p.337). Estaremos assim, perante uma homenagem a um membro da família imperial, motivada, possivelmente, pelo patrocínio de Agripina a alguma benfeitoria realizada nas proximidades de Moura, mas com um impacto extensível a toda a Civitas. Os autores avançam com a possibilidade de, dada a proximidade de Moura ao Rio Guadiana, estarmos perante a construção de infraestrutura relacionadas com vias de comunicação, que permitissem uma maior fluidez no tráfego de pessoas e bens, como parece também ser o caso das inscrições da Ponte de Chaves, sobre o Tâmega, e da Ponte de Alcântara sobre o Tejo, em que vários *populi* e *civitas* se unem na homenagem ao promotor da obra (Ibid, p.337).

Consideramos esta hipótese bastante plausível, principalmente se tivermos em conta a proximidade de Moura em relação, não apenas a dois importantíssimos eixos estruturantes das vias de comunicação, como o são os Rios Ardila e Guadiana *per se*, como também a vaus de grande importância para quem pretendesse deslocar-se para ocidente. Também quem, a partir de Sul e Sudeste, quisesse seguir viagem em direcção a Norte e Nordeste, o vau de Porto Mourão, no Ardila, cerca de 4km a norte de Moura, deveria ser fundamental. As diversas ocupações humanas nas suas imediações, deixam isso bem patente, sobretudo as existentes na margem esquerda do seu curso. Destacamos o extenso povoado do Neolítico Final de Porto Mourão 1 (CNS 21599), os habitats com cronologia Romana de Porto Mourão 2 (CNS 27952) e Horta da Vargem (CNS 27952), com uma dispersão de materiais à superfície a rondar, respectivamente, os 8 e os 6ha, ambos com uma cronologia que se poderá estender do século I d.C até ao VII d.C, e o sítio de cronologia islâmica de Quinta dos Frades, onde se teria encontrado para além de cerâmica, uma lápide funerária, e que talvez fosse uma alcaria (Macias, Gaspar e Valente, 2016, p.25). Transposto o Ardila, o caminho bifurcava-se. Um deles seguiria então à esquerda, em direcção ao Porto de Évora, perto do local onde foi construída a barragem de Alqueva, e que permitia, de forma bastante eficaz não apenas passar o Guadiana, mas também a

Serra de Portel, seguindo praticamente em linha reta em direcção a Évora através da faixa de terrenos aplanados existente na margem direita da Ribeira do Degebe. O outro, como o próprio nome denuncia, dirigia-se a Norte/Nordeste, paralelamente ao Guadiana, em direcção à região de Mourão, proporcionando, ainda, um acesso à região a Norte da Serra Morena bastante fácil de vencer. É nesta vertente que se localizavam as cidades romanas de *Seria Fama Iulia* (Jerez de los Caballeros), *Segida Restituta Iulia* (arredores de Burguillos del Cerro) e *Contributa Iulia Ugultunia* (Medina de las Torres) onde se poderia aceder à Via da Prata. Não nos surpreende, portanto, que possa ter existido, nos arredores de Moura, uma obra do género da que Joan Carbonell Manils e Helena Gimeno Pascoal (2016, p.337) sugerem.

José d'Encarnação, por sua vez, avança com a possibilidade de que a obra possa ser o edifício no qual estaria integrado o lintel recentemente descoberto, com dedicatória à casa imperial (Valente, Encarnação, Macias, 2021).

Estaria assim Moura integrada na *Civitas Aruccitana* e, conseqüentemente, na província da Bética? A nosso ver, apesar de se tratar de uma hipótese perfeitamente plausível, a oferta de uma estátua de Agripina, por parte da *civitas* de *Arucci*, como agradecimento por uma benfeitoria realizada no território de Moura, mas que também para ela fosse importante, não implica necessariamente que estivessem integradas na mesma unidade territorial. Algo também demonstrado pelas inscrições de Chaves e da Ponte de Alcântara, em casos que realmente poderão ser semelhantes. Será muito difícil conseguirmos ter certezas absolutas com a informação que, por enquanto, vamos tendo disponível. No entanto, esta hipótese é mais um contributo muito importante para que se comecem a preencher algumas das muitas lacunas que a história deste território ainda conserva e que, para o período Romano, ficam bem patentes nas vivas discussões que se têm gerado em torno do tema (por ex. España Chamorro, 2018 e Ramírez Sádaba, 2020).

Porventura, mais do que demonstrar que Moura seria uma das povoações do *ager Aruccitanus*, o que nos parece efectivamente relevante é a constatação da existência de uma ligação próxima entre as duas localidades. Esta relação torna-se bem evidente nas ocasiões em que voltamos a ter fontes escritas sobre elas, já nos dois primeiros séculos do período islâmico,

onde são expressamente referidas como fazendo parte da *kūra* de Beja (Macias, 2005, p.85). A dificuldade na definição dos limites dos territórios entre as duas povoações no período pós reconquista, aquando da delimitação das fronteiras entre os reinos de Portugal e Castela/Leão, é também um indício da ausência de grandes preocupações relativas a essa partição¹¹. O litígio pela delimitação territorial da Contenda, por exemplo, apenas ficou resolvido já no final do século XIX.

Ainda tendo por base a redescoberta da Igreja de Santiago, Joan Carbonell Manils e Helena Gimeno Pascoal (2016, p.330), avançam também com a hipótese de que as duas inscrições CIL II 2548 e 2549 (Quadro 1), dadas como provenientes de Santiago de Compostela sejam, afinal, de Moura. No manuscrito de Peutinger estas duas epígrafes encontram-se ordenadas imediatamente a seguir à de Agripina, e nos *Codex Filonardianus* e de Sanudo correspondem às entradas anteriores. Em ambos os manuscritos encontram-se também inseridas na secção dedicada às cidades da Bética, com referência a “*Morae in templo s(ancti) Iacobi*”.

CIL II	<i>Codex Filonardianus</i>	<i>Sanudo</i>
2549	<i>Ibidem (Morae) in la pia(zza?). Numerius Vitalioni [Numeriae] Metallicae uxor benemerenti facien dum fecit h.s.e.s.t.t.L</i>	<i>Ibidem (Morae) in foro Numerius Vitaliomius Numeriae Metallicae uxor bene mere(n)ti fieri fecit h.s.est.t.L</i>
2548	<i>Ibidem. Aquila Modiesta annorum XX sene cio Modestus mat^ri pientissim(a)e fecit h.s.e.s.t.t.l.</i>	<i>Ibidem. Aquila Modiesta annor. XX senecio Modestus matri pie(n)tissim(a)e fecit h.s.est.s.t.t.L.</i>

Quadro 1. - Leituras das entradas respeitantes a CIL II 2548 e 2549, constantes nos manuscritos do Baeticus Hispanus (adaptado a partir de Carbonell Manils, Gimeno Pascoal, 2016, p.332)

A transcrição das epígrafes, que permanecem ainda por relocalizar, é, segundo José d'Encarnação (2017), a seguinte:

¹¹ Uma outra explicação possível está relacionada com o facto de após a “reconquista” ambas as povoações terem permanecido sob administração da ordem do Hospital e a necessidade de divisão dos territórios ter surgido apenas no final do século XIII, com o Tratado de Alcanizes, e não restarem homens vivos, capazes de darem testemunho fidedigno relativamente à delimitação antiga (Barros, 2019, p.351).

- **CIL II, 2548:** D(is) M(anibus) / ACILIA MODESTA M(odesti) F(ilia) /
MODESTO PATRI PIEN(tissimo) / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra)
L(evis)
- **CIL II, 2549:** D(is) M(anibus) S(acrum) / NVMERIVS VITALIONIS / NVMERIAE
VITALIAE VX(ori) / B(ene)M(erenti) F(ecit) H(ic) S(ita) E(st) S(it) / T(ibi) T(erra)
L(evis)

Durante a intervenção arqueológica levada a cabo na Igreja de Santiago e zona envolvente, foram ainda recuperados três outros monumentos funerários. Uma placa (fig.7) (Encarnação et al, 2012) e uma ara (fig.8) (Encarnação et al, 2013) também se encontravam reutilizadas nas paredes da Igreja de Santiago. A terceira (fig.9) estava em derrubes junto à estrutura que interpretamos como podendo relacionar-se com o minarete da mesquita de Moura (Macias, Gaspar, Valente, 2016, p. 91).

Temos assim, um total de 3 monumentos romanos reaproveitados na construção da Igreja de Santiago que, caso se venha a confirmar a origem de CIL II 963, 2458 e 2459, poderão subir para 6. Esta intensa reutilização de materiais romanos, parece também reforçar a ideia de que a inscrição de Agripina, afinal, sempre esteve em Moura, não surgindo como um elemento isolado e descontextualizado, mas sim como parte integrante de um programa perfeitamente intencional de reutilização de elementos arquitectónicos antigos. Este fenómeno, conhecido como *spolia*, encontra-se amplamente documentado em todo o mediterrâneo, tendo particular expressão na península Ibérica ao longo dos períodos Emiral e Califal, como ferramentas de legitimação de poder (Elices Ocón, 2012).

Mais indícios de monumentalidade

O facto de ainda não terem sido detectados níveis ou estruturas preservados de cronologia romana no interior do Castelo de Moura tem tido, sem dúvida, impacto na definição da importância e natureza do sítio. No entanto, são muito poucas ainda as sondagens em que as

escavações tenham ultrapassado níveis anteriores à segunda metade do século XII. Nos sítios onde tal aconteceu, o que se constatou foi que os níveis arqueológicos entre meados do século IV a.C e a segunda metade do século XII d.C, foram completamente removidos, provavelmente com o intuito de obter matéria prima para a construção da fortificação em taipa do período almóada (Valente, Soares, 2024). A enorme quantidade de cerâmica que se observa em qualquer um dos troços em taipa que resistiram à extração de salitre no século XIX (Cordeiro, 1851), muitas delas de cronologia antiga, demonstra que a terra utilizada para a taipa seria, quase de certeza, resultante da desmontagem de níveis arqueológicos do interior do Castelo. Ainda assim, embora descontextualizadas, sempre vão aparecendo apreciáveis quantidades de materiais arqueológicos, com cronologias atribuíveis a esse intervalo de tempo (Macias, Gaspar, Valente, 2016).

Também a monumentalidade e qualidade dos fragmentos arquitectónicos de cronologia romana que até nós chegaram, denunciam uma ocupação importante. Um capitel coríntio de grandes dimensões¹² (fig.10), dois outros de menores dimensões e cronologia mais tardia (Figs. 11 e 12), vários tambores de colunas em granito¹³ (Fig.13), bases de coluna em mármore¹⁴ (fig. 14) e alguns outros elementos de atribuição cronológica mais duvidosa, como lintéis, cornijas e fustes de colunas reaproveitados no convento do castelo, nas galilés do antigo edifício dos paços do Concelho (Macias, 1990, p.86) e também como marcos de propriedade.

Recentemente, foi também identificado nas reservas do Museu Municipal, um fragmento de lintel (Fig. 15) proveniente do Castelo, com epígrafe dedicada à família imperial (Valente, Encarnação e Macias, 2021). A inscrição *IN HONOREM DOMV[S] [DIVINAE] [...]*¹⁵ sugere a existência de magistrados locais com capacidade financeira para suportarem a construção de obras em benefício da comunidade, considerando-as suficientemente dignas para, inclusivamente as dedicarem à família imperial. Os raros paralelos encontrados para esta inscrição na península Ibérica levam-nos até Balsa, no Algarve, e aos arredores de Burguillos del Cerro, Badajoz, onde alguns autores situam a cidade romana de *Segida Restituta Iulia* e que, tal

¹² 60cm de altura por 43cm de diâmetro na base e 55cm no topo.

¹³ 68cm de diâmetro.

¹⁴ 45cm de diâmetro.

¹⁵ Em honra da casa divina... (Valente, Encarnação, Macias, 2021, p.213|5)

como Moura, estaria integrada na unidade geográfica denominado por *Plínio como Baeturia Celticorum*. (Berrocal-Rangel, 1998; Paniego Díaz, 2022, Canto, 1995).

Moura: Um *Oppidum* da Betúria Céltica.

Este território (Fig.16), conformado pela bacia hidrográfica do Rio Ardila, viveu momentos conturbados durante o processo de conquista e pacificação levado a cabo pelos romanos entre o século II e I a.C. Nomeadamente através do papel que lhe é atribuído durante as guerras Lusitanas, do século II a.C., em que terá constituído a base de retaguarda das operações de Viriato (Díaz, 2013, p16; Pedreño, 2013, p.66), nas Guerras Sertorianas, meio século mais tarde (Mataloto, 2015), podendo ainda ter tomado partido pela facção pompeiana durante a segunda guerra civil de meados do século I a.C. (Berrocal-Rangel, 1994, p.190). Esta constante oposição aos interesses do poder instalado em Roma terá estado na origem da reorganização territorial levada a cabo já durante o principado de Augusto, que com o intuito de pacificar de forma definitiva a região, leva a que a maioria dos povoados com ocupação da Idade do Ferro e Republicana sejam abandonados em detrimento de novos núcleos urbanos, símbolos de uma presença contínua, efetiva e estável dos novos senhores do território (Carrasco, Meléndez, 2012, p.64). Estas novas pequenas cidades são quase sempre fundadas de raiz durante o reinado de Augusto. As exceções, até ao momento comprovadas, seriam *Nertobriga Concordia Iulia*, nas Proximidades de Fregenal de la Sierra (Barrera, Berrocal-Rangel, Caso Amador, 2014; Berrocal-Rangel, Barrera, Caso Amador, 2014); *Seria Fama Iulia*, talvez situada em Jerez de los Caballeros (Álvarez Martínez, 2017); e Moura, numa região que passaria agora a estar incluída no limite Noroeste da província senatorial da Bética (Paniego Díaz, 2022, p.553).

É graças à obra de Plínio, o Velho que conseguimos saber os nomes dos principais *oppida*, capitais das *civitate* que estruturavam o território¹⁶. Uma dessas cidades, *Lacimurga Constantia Iulia*, que surge mencionada em último lugar na lista de cidades privilegiadas da

¹⁶ Os municípios pertencentes à Baeturia Celticorum, dependentes administrativamente de Hispalis (Sevilha), seriam, de acordo com Plínio, o Velho: *Seria Fama Iulia*, *Nertobriga Concordia Iulia*, *Segida Re-tuta Iulia*, *Contributa Iulia Ugultuniae*, *Curiga* e *Lacimurga Constantia Iulia*, acrescentando ainda os *Siarenses Fortunaes* e os *Callense Aeneanicos* (Paniego Díaz, 2021, p.34). Designa ainda como *oppida* da Betúria *Túrdula Acinippo*, *Arunda*, *Arucci-Turobriga*, *Lastigi*, *Salpesa*, *Saepone*, *Serippo* (Canto, 1997. p.20).

Beturia Céltica, permanece por localizar com segurança (Campos et al. 2018, p.132) e merece que nos detenhamos um pouco mais sobre ela.

Alguns autores têm-na feito coincidir com o povoado localizado no Cerro del Cogolludo, junto ao Guadiana, 85 km a ocidente de Mérida e a 150km a Noroeste do Ardila e do território da *Baeturia Celticorum*, e que, efectivamente, se terá denominado *Lacimurga* ou *Lacinimurga*, segundo Plínio e Laconimurgi, de acordo com Ptolomeu (Ruiz, 2019, p.8). Os achados epigráficos que confirmam essa correspondência, nomeadamente uma ara votiva (CIL II 5068=5550) e um marco que assinalaria a delimitação entre territórios dos *Lacinimurgensis* e dos *Ucubitani* (Ruiz, 2010, p.9), ambos provenientes da suas imediações (Sáenz et al., 1992), não deixam margem para grandes dúvidas. Tomás Cordero Ruiz (2010), fazendo um ponto de situação relativo a esta questão, defende de forma bastante fundamentada a existência de duas povoações com o nome *Lacimurga*: uma delas a referida anteriormente, feita município no período Flávio e situada em território vetão, na Lusitânia; outra que estaria na Bética, na região da *Baeturia Celticorum*, promovida no principado de Augusto. O autor defende ainda, com bastantes reservas é certo, que *Lacimurga Constantia Iulia* poderá corresponder à actual Jerez de los Caballeros (Ibid., p.17), fundamentando a hipótese em três epígrafes: uma encontrada na própria cidade, que atesta o patrocínio de Augusto a uma acção que permanece por determinar e duas outras que fazem referência a indivíduos naturais de uma localidade cuja identificação é feita pela abreviatura “LAC”. Uma dessas epígrafes foi recolhida nas proximidades do povoado de San Sixto, em Encinasola, perto da fronteira atual entre Portugal e Espanha e a outra em Jerez de los Caballeros (González 1989, p. 55 e 56, citado por Ruiz, 2010, p.11; Canto, 1997, p.60).

Achamos que a informação disponível até ao momento, não permite, de facto, avançar com grandes e bem fundamentadas hipóteses relativamente à localização da cidade de *Lacimurga Constantia Iulia*. Os vestígios identificados na área urbana da atual Jerez de los Caballeros são significativos. Consistem, até ao momento, unicamente em monumentos epigráficos, nomeadamente dois de natureza votiva, um honorífico e quinze funerários, com mais uns poucos de procedência incerta (Canto, 1997, pp.48-64). No espaço que medeia entre a Porta de Santiago e o Convento das Monjas Franciscanas, já fora do recinto muralha medieval, a

elevada concentração de epígrafes parece indicar que seria aí que estaria uma das necrópoles do núcleo urbano (Álvarez Martínez, 2017, p.69). Não muito longe, cerca de 200m a Este, situa-se a faustosa *domus* suburbana de Los Pomares (Ibid, p.74). Não subsistindo grandes dúvidas relativamente à existência de um centro urbano com alguma importância, constatamos que acaba por ser a proximidade fonética entre o topónimo actual e o Romano, a fazer inclinar a maior parte dos investigadores, com algumas ou muitas reservas, para a hipótese de *Seria Fama Iulia* se ter localizado na actual colina do Castelo de Jerez de los Caballeros (Canto, 1997, p.184; Álvarez Martínez, 2017, p.69; Paniego, Diáz, 2020, p.42; Berrocal Rangel, 2008, p.49). Acrescentaríamos ainda, como argumento contra a identificação desta localidade com Lacimurga, o facto de numa das lápides funerárias (CIL II 986) o indivíduo se identificar como sendo originário de *Lac(imurga)*, algo que normalmente só acontece quando se tratavam de não naturais do local onde foram sepultados.

Outra das hipóteses levantadas para a localização de *Lacimurga Constantia Iulia* é o povoado de San Sixto (Pérez Macías, 1987, p.85; Canto, 1997 p.188; Paniego Diáz, 2020, p.43). No entanto, a sua dimensão reduzida (cerca de 2h), os testemunhos epigráficos, que se resumem a dois exemplares e em que um deles (ERBC 146), curiosamente, também faz referência ao nome de *Lac(imurga)* como presumível local de origem do falecido.

Moura: a *Lacimurga Constantia Iulia* de Plínio?

Conceição Lopes (2000, p.273), considerando Moura um aglomerado urbano secundário importante do *Conventus Pacensis*, já tinha constatado que constituía um “espaço de exceção relativamente à estrutura geral de povoamento” verificada na região de Beja. A nosso ver essas diferenças são moldadas a partir de um substrato cultural pré-romano que conduzirão a estratégias de povoamento, já em período tardo republicano, substancialmente diferentes dos verificados na região de Beja e que estará, aparentemente, mais em linha com as especificidades do povoamento da *Baeturia Celticorum* e da restante zona ocidental da Serra Morena (Paniego Díaz, 2022). Nesta região da bacia do Rio Ardila, há uma série de povoados indígenas, mas sobretudo de fundação romano republicana, que são abandonados durante o final do século I a.C. ou já no século I d.C. (Galloso Cordero, Bermejo Meléndez, 2022, p.24). Nas imediações de

Moura parece ter sucedido isso nos sítios do castelo das Juntas (Albergaria, Melro, 2013) e do Castelo Velho de Safara (Nabais, 2023), ficando ainda por esclarecer a tipologia e afinar a cronologia de sítios aparentemente abandonados no mesmo período, como os Castelos das Guerras (CNS 207), Safareja (CNS 13919) e Murtigão (CNS 206) em Santo Aleixo; o Castelete da Parreira (CNS 6414), em Sobral da Adiça ou o Monte dos Castelos/Corça 5 na freguesia de Pias (CNS 6108) (Fig.17).

Um dos critérios que tem servido de base para a formulação de conjeturas sobre a relevância da Moura romana, tem a ver com a contabilização do número de epígrafes identificadas nas suas proximidades. Estes levantamentos têm tido como referência, por norma, os limites concelhios definidos pela reforma administrativa de 1898. No entanto, anteriormente a essa data, as Freguesias de Pias e Vale de Vargo estariam integradas no termo de Moura, não existindo registos escritos que indiquem uma outra organização que não essa. Não pretendemos com isto afirmar que estes territórios terão estado sob sua jurisdição durante o período Romano. Achamos, contudo, que deverão ser tidos em conta outros aspectos para a definição dos critérios de contabilização de epígrafes, nomeadamente a real distância do centro urbano em relação ao local de achado ou do sítio arqueológico e a existência de acidentes geográficos, como serras ou cursos de água, que tornem mais lógica ou evidente um outro critério para a atribuição de relação. Se tivermos em conta que as Freguesias de Pias e Vale de Vargo, estão situadas em terreno plano distando de Moura 12 e 17 km, respectivamente, sem acidentes ou marcos geográficos dignos de registo, não existe qualquer razão lógica para equacionar outro tipo de organização territorial que não algo semelhante ao vigente até 1898. Por outro lado, o percurso em relação aos praticamente equidistantes núcleos urbanos de Serpa e Ficalho¹⁷, apesar de também não apresentar obstáculos de importância, tem terrenos mais ondulados e inclui a necessidade de transposição da Ribeira de Enxoé.

Posto isto, se incluirmos na contabilidade de Moura as epígrafes encontradas em contexto rural, na vizinhança de Pias e Vale de Vargo, em vez das atuais 19, a contabilização sobe para 25, com um total de 10 oriundas do núcleo urbano, em linha com os maiores *oppida* da *Baeturia Celticorum*. Número bem distante dos 4 a 10 exemplares que alguns levantamentos

¹⁷ Amansio de Fines (Encarnação, 1990).

têm em consideração quando tratam de questões de organização territorial e que têm servido de base para descartar a coincidência de Moura com um núcleo urbano relevante (Paniego Díaz, 2020, p.43).

Ainda no que diz respeito ao contributo da epigrafia, como mencionámos anteriormente, a existência das duas lápides com menção ao *origo LAC(...)*, nas *civitates de Nertobriga e Seria*, que poderiam fazer fronteira a Este e Nordeste, respectivamente, também nos parece relevante. Principalmente se tivermos em conta que a inscrição da origem do indivíduo, no âmbito da epigrafia funerária, como já referimos, indicar, por norma, estarmos perante *incolae*¹⁸ (Canto, 1995, p.311; Paniego Díaz, 2022, p.). Acresce que de entre todas as epígrafes funerárias encontradas na *Baeturia Celticorum*¹⁹, apenas *Pax Iulia* e *Emerita Augusta* surgem também referidas por duas vezes, com ambas as epígrafes de naturais da actual cidade de Beja a terem sido encontradas nos arredores de Moura (Encarnação, 1990). Este equilíbrio entre os registos respeitantes ao número de cidadãos originários das cidades de maior dimensão da região, não muito distantes deste território, em relação a uma obscura *LAC(...)*, poderá encontrar uma explicação mais plausível na proximidade geográfica em relação à terra de origem dos defuntos, do que qualquer outra que, com os dados actualmente disponíveis se encontre para tentar explicar a presença, nesta região, de naturais de, por exemplo, a *Lacimurga/Lacinimurga*, situada a mais de 150 km de distância, a oriente de Mérida.

Temos ainda a toponímia e a alta probabilidade de o nome alto-medieval de Moura ter sido *Lacant* (Macias, Valente, Gaspar, 2014). Berrocal-Rangel (1994, p.192), defende a localização de *Lacimurga Constantia Iulia* nos arredores de Fuente de Cantos, fazendo-a coincidir com a *Lacunis* do anónimo de *Ravenna* e com a *Laqant* dos textos árabes (Berrocal-Rangel, 1999, p.35). No entanto, escavações arqueológicas realizadas no sítio de Los Castillejos II, nas imediações de Fuente de Cantos, apontado como localização provável para *Lacunis-Laqant* (Berrocal-Rangel, 1998, p.35), vieram demonstrar que a ocupação do local não se coaduna cronologicamente com as referências feitas pelos geógrafos antigos. Encontra-se documentada, efectivamente, uma ocupação com alguma importância a partir do século II a.C.,

¹⁸“estrangeiros”

¹⁹ No total a origem do defunto apenas é mencionada por 12 vezes (Canto, 1995), a que se juntam mais 4, se considerarmos as epígrafes identificadas nos territórios de Moura (Dias, et al, 2019a) e Serpa (Dias, et al, 2019b).

mas que termina no final do século I a.C, antes das reformas de Augusto. Foram detectados alguns, muito poucos, vestígios de época imperial que, no entanto, não são significativos o suficiente para colocar aqui a Lacunis mencionada na *Cosmografia*, que supostamente se baseia em dados dos séculos II-III d.C (Paniego Díaz, 2021, pp.136-140). A *mansio Lacunis* terá altas probabilidades de poder vir ser encontrada algures naquela região, dada a posição referida no itinerário, mas a nosso ver deverá corresponder a um sítio de menor dimensão que, como a designação sugere, estaria relacionado com a prestação de apoio aos viajantes.

Apesar de todo o grau de incerteza, parece-nos que a hipótese Moura consegue ter fundamentos um pouco mais sólidos para situar ali o *Oppidum de Lacimurga Constantia Iulia*. Uma hipotética evolução do topónimo Lacimurga (Romano)- *Lacant* (Visigótico)- *Laqant* (Islâmico), se aplicada a Moura, encontra-se bem melhor respaldada num registo arqueológico que demonstra uma ocupação consistente, muito provavelmente ininterrupta, entre o século I a.C. e a actualidade. Tal continuidade de ocupação é caso raro entre os vários núcleos urbanos da *Baeturia Celticorum*, que na sua maioria entram em acelerada decadência a partir do século III (Carrasco, Meléndez, 2013, p. 128), não restando, de facto, muitas alternativas, em toda a antiga área da Beturia Céltica, que tenham uma diacronia de ocupação compatível com a evolução toponímica proposta.

A perda de importância e abandono desta rede de pequenos centros urbanos, a partir da Antiguidade Tardia, terá levado a que Moura seja ainda mais chamada à óbvia e natural esfera de influência da grande cidade de *Pax Iulia*, e ao estreitamento das relações com territórios próximos que se mantiveram com alguma relevância. No entanto, apenas para o período islâmico temos dados que nos comprovam que a margem esquerda portuguesa do Guadiana e o vale de Aroche, se encontrariam já na dependência da *kūra* de Beja (Macias, 2005, p.31). Esta unidade territorial, apenas virá a ser desfeita em 1297, com a assinatura do Tratado de Alcanizes que delimitou a fronteira entre os Reinos de Portugal, Leão e Castela.

Conclusão

Em suma, tanto a atual cidade de Moura, como o seu território, parecem ter conhecido uma ocupação importante ao longo do período Romano. A epigrafia, os elementos arquitectónicos, mas também a cerâmica e a numismática, parecem indicar estarmos perante um aglomerado urbano com alguma dimensão e importância. A sua aparente integração na Betúria Céltica, território com o qual parece partilhar bastantes características em comum, sobretudo no que diz respeito às estratégias de povoamento pré-romanas e republicanas e ao posterior abandono desses pequenos povoados na sequência das reformas administrativas implementadas por Augusto, levam-nos a pensar que, pelo menos, numa fase inicial, Moura terá sido integrada, juntamente com os outros *oppida* da Betúria, na província Romana da Bética.

Por determinar permanece ainda o estatuto do sítio de Moura. Que se tratou de um aglomerado populacional com características urbanas, dotado de uma zona monumental com alguma dimensão, não restam grandes dúvidas. Não sabemos, no entanto, se terá sido um núcleo urbano secundário, na dependência de alguma outra *civitate*, ou se terá sido cabeça do seu próprio território. Na primeira hipótese, *Pax Iulia* surge como a hipótese mais forte, se tivermos em linha de conta a tradicional relação entre os dois núcleos urbanos em períodos mais tardios, assim como a proximidade e até uma certa lógica de continuidade territorial. Não se pode, contudo, descartar a possibilidade de ter ficado integrada na *civitas* de *Arucci-Turóbriga*, hipótese que ganha sustentação na existência de um substrato cultural do final da Idade do Ferro e período Tardo Republicano bastante semelhante e na recente teoria sobre a origem mourense da inscrição dedicada pela *civitas aruccitana* a Agripina.

No entanto, constitui um dos poucos núcleos urbanos da região que conheceu uma ocupação ininterrupta entre o século I a.C. e a Idade Média. Apesar de as escavações arqueológicas realizadas até ao momento não terem ainda atingido níveis romanos e alto-medievais, os elementos arquitectónicos, os monumentos funerários e epigráficos, assim como os materiais arqueológicos, surgidos fora de contexto em camadas de cronologia mais recente, são testemunho suficiente para indicarem essa continuidade de ocupação.

É esta monumentalidade e perenidade de ocupação, juntamente com a recente descoberta que o nome do sítio nos séculos VI-VII seria Lacant, que esteve na origem da proposta de fazer corresponder Moura com a *Laqant/Dkhnt* Emiral e Califal (Macias, Valente, Gaspar, 2014) e que, por sua vez, nos faz avançar com a proposta de que à *Lacimurga Constantia Iulia* referida por Plínio-o-Velho, corresponda a povoação romana de Moura.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (1990) - Vestígios romanos do concelho de Moura, in Moura na época romana, Câmara Municipal de Moura, pp. 31-39

ALARCÃO, Jorge (1995) - O Domínio Romano em Portugal, Publicações Europa-América, 3ª ed., 246p.

ALBERGARIA, J. e MELRO, S. (2013) – Ocupação Proto-histórica na Margem Esquerda do Guadiana. Memórias d'Odiana, 2ª série, 7. Évora: Estudos Arqueológicos do Alqueva.

BARROS, A. J. M. (2019) - Uma contenda a norte da «Contenda» : (alguns aspectos das relações fronteiriça entre Portugal e Castela na Idade Média), in História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto, 15(1). <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5560> (consultado em: 24-02-2025)

BERROCAL-RANGEL, Luis; ANTÓN, José; AMADOR, Rafael. (2014) - El santuario republicano de Nertobriga Concordia Iulia: una aportación al conocimiento de los rituales de fundación, in Journal of Roman Archaeology, nº27. 82-108. <https://doi.org/10.1017/S1047759414001172> (consultado em 23-04-2025)

CANTO, Alicia (1997) - Epigrafia romana de la Betúria Céltica, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid

CARRASCO, Beatriz (2022) - Curiga: una ciudad romana debajo de Monesterio, Canal Extremadura, 16/10/2022. <http://www.canalextremadura.es/noticias/extremadura/curiga-una-ciudad-romana-debajo-de-monesterio>. Consultado a 18/05/2025

CARBONELL MANILS, Joan, GIMENO PASCOAL, Helena (2016) - Epígrafes entre Moura, Aroche y Santiago de Compostela. A propósito de CIL II 963, 2548 y 2549, in Peregrinationes ad inscriptiones colligendas, in Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita, pp.319- 341

CARBONELL MANILS, Joan, GIMENO PASCOAL, Helena (2017). Agripina siempre estuvo en Moura: aproximándonos a la solución final para CIL II 963, in Habis, nº 48, pp. 161-170.

CORDEIRO, João (1854) - Da exploração do salitre em Portugal e com particularidade na villa de Moura, Lisboa, Imprensa Nacional.

CORDERO Ruiz, Tomás (2010) - El Cerro del Cogolludo. Lacimurga Constantia Iulia o Lacimurga/Lacinimurga. in Romula, Nº. 9, pp. 7-18.

CRUZ, P. M. (2013) - Primeros datos acerca de la topografía y el urbanismo de Contributa Iulia (Medina de las torres, Badajoz), in Actas Del VI Encuentro De Arqueología Del Suroeste Peninsular, pp.1425-1457.

PANIEGO DÍAZ, Pablo (2013) - La guerra en la Beturia céltica: del siglo V a. C. a la muerte de Viriato, in Revista Historia Autónoma. 2. DOI <http://10.15366/rha2013.2.001> (consultado em 10-04-2025).

PANIEGO DÍAZ, Pablo (2019) - Dos nuevas inscripciones de Burguillos del Cerro (Badajoz), in Fichero Epigráfico, nº183, Coimbra, Universidade de Coimbra.

ESPAÑA CHAMORRO, Sérgio (2018) - La Frontera Occidental de la Baetica con la Lusitania: (Ad) Fines, Serpa, Moura y la invención historiográfica de Arucci Nova, in Rivista Storica dell's Antichità, XLVIII, pp.183-205.

ENCARNAÇÃO, José d' (1989) - Uma Homenagem a Agripina, mulher de Germânico, in Conímbriga, XXVIII, pp. 157-167

ENCARNAÇÃO, José d' (2017) - Recensão a Peregrinationes ad inscriptiones colligendas, in SEBarc, xv, pp. 239-275.

ENCARNAÇÃO, José d' (2022), Para a História da Moura Romana, in Lacant, nº2, Câmara Municipal de Moura.

ENCARNAÇÃO, José d'; VALENTE, José G.; GASPAR, Vanessa; LOPES, Maria da Conceição; MACIAS, Santiago (2012) - Placa funerária romana de Moura (Conventus Pacensis) in Fichero epigráfico, n.º 103, Coimbra, Universidade de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, José d'; VALENTE, José G.; GASPAR, Vanessa; LOPES, Maria da Conceição; MACIAS, Santiago (2013) - Ara funerária romana de Moura (Conventus Pacensis) in Fichero epigráfico, n.º 104, Coimbra, Universidade de Coimbra.

ESPAÑA CHAMORRO, Sérgio (2018) - “La Frontera Occidental de la Baetica con la Lusitania: (Ad) Fines, Serpa, Moura y la invención historiográfica de Arucci Nova, in Rivista Storica dell's Antichità, XLVIII, pp. 183-205

GALLOSO CORDERO, Antonio; BERMEJO MELÉNDEZ, Javier. (2022) - El Poblamiento meridional de la Baeturia Céltica a partir de la aplicación de métodos y técnicas SIG., in Onoba Revista de Arqueología y Antigüedad, nº10. <https://doi.org/10.33776/onoba.vi10.7008> (consultado a 10-05-2025).

GUERRA, Amílcar (1995) - Plínio, O Velho, e a Lusitânia, Arqueologia e História Antiga, Edições Colibri. 180p.

ELICES OCÓN, Jorge (2021) - La reutilización de antigüedades en al-Ándalus: ¿recurso o discurso?, in Archivo Español de Arqueología, nº 94, e06, <https://doi.org/10.3989/aespa.094.021.06> (consultado a 10-05-2025)

LIMA, José Fragoso de (1999) - Monografia arqueológica do concelho de Moura, Moura, Câmara Municipal de Moura

LIMA, José Fragoso de (2003) - Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura, Moura, Biblioteca Municipal

LOPES, Conceição, (1990) - Cerâmica Romana do Museu de Moura, in Moura na época romana, Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 75-84

LOPES, Maria da Conceição (2000) - A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia. Coimbra : [s.n.],. Tese de doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/582> (consultado em 12-05-2025).

MACIAS, Santiago (1990) - Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura, in Moura na época romana, Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 85-92.

MACIAS, Santiago (2005) - La Kura de Beja et le Territoire de Mértola Entre L'antiquité Tardive et le Reconquete Chrétienne, Tome I, Tome II et Tome III, Tese de Doutoramento, Lyon 2.

MACIAS, Santiago, GASPAS, Vanessa, VALENTE, José G., (2016) - Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013, 2 vols, Câmara Municipal de Moura.

MACIAS, Santiago, VALENTE, José, GASPAS, Vanessa (2014). Lacalt e Laqant: da toponímia antiga à islamização, in O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 168-177

MATALOTO, Rui (2015) - A propósito de um conjunto de glandes plumbeae: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana, in Cira-Arqueologia, III, Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

RAMÍREZ SÁDABA, José (2020) - El Ager Occidental de Arucci: Moura, Los Testimonios Epigráficos, in Ambientes geográficos y territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos e Alcalá de Henares, Fundación General de la Universidad de Alcalá, 240p.

SÁENZ, ANTÓNIO A.; GUICHARD, Pascal; LEFEBVRE, Sabine (1992) - La ciudad antigua de Lacimurga Constantia Iulia y su entorno rural, in Studia historica. Historia antigua, Nº 10-11, pp. 109-130.

VALENTE, José G., MACIAS, Santiago, FINHA, José (2019) - Studia historica & archeologica : Moura medievalis, ensaios, Multiculti- Culturas do Mediterrâneo, 113 p.

VALENTE, José G.; SOARES, Rui (2024) - Escavação Arqueológica no Posto de Receção ao Turista do Castelo de Moura (2010/2011): Síntese dos Principais Resultados, in Lacant, nº5, Câmara Municipal de Moura, pp.21-58.

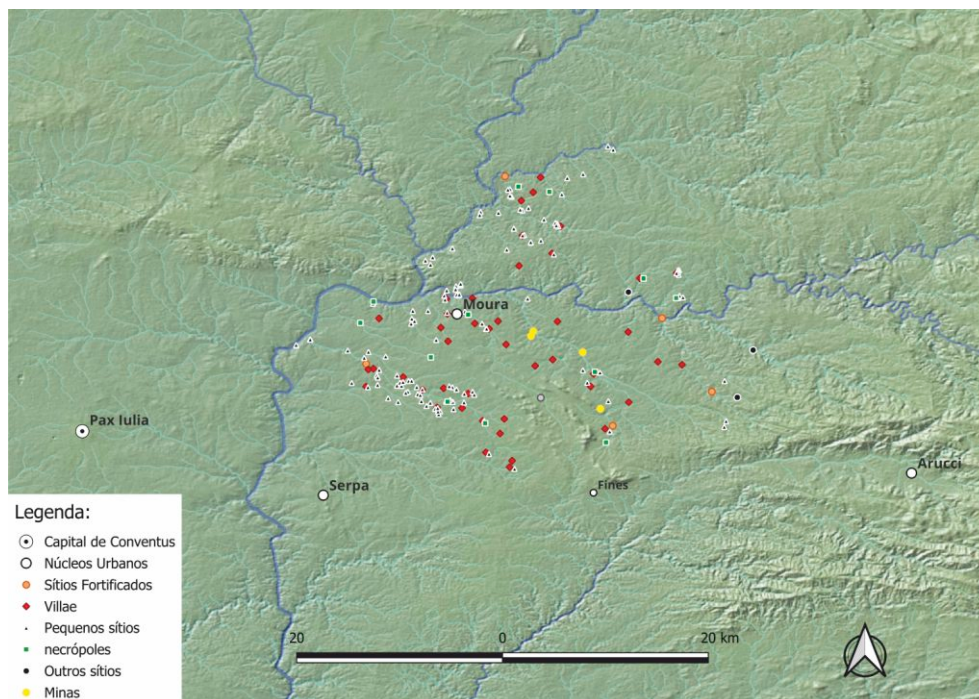


Fig.1 - Sítios de cronologia Romana do Território de Moura. (compilação da informação constante nas Base de dados “Endovélico” - SIGA e Carta de condicionantes do PDM de Moura).



Fig.2 - Asse de P. Sula (151 a.C.). (Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas).

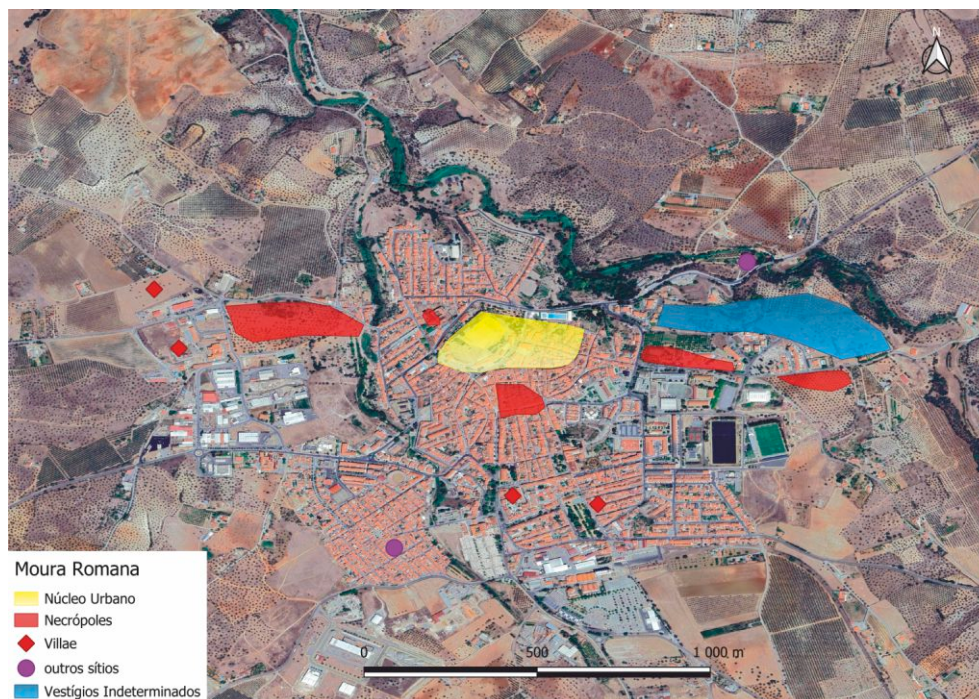


Fig.3 - Moura e a sua periferia no período romano.

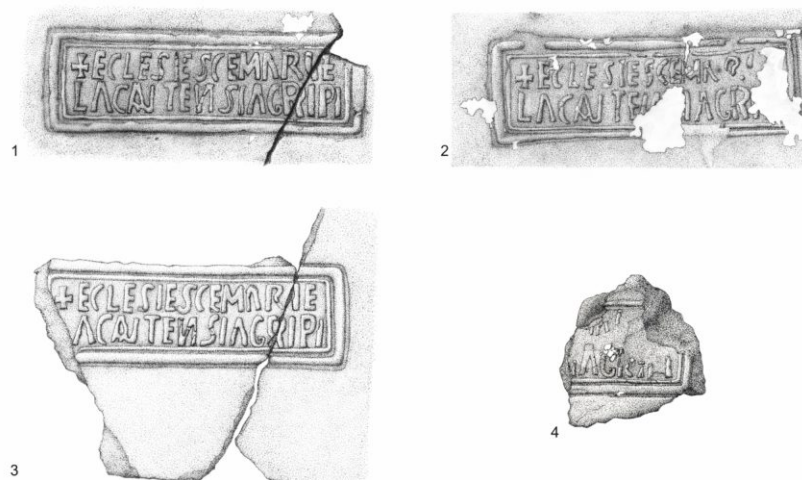


Fig. 4 - Fragmentos de dolia estampilhados recolhidos em Moura. (Nº1,2 e 3 - Centro Paroquial. Nº4 - Mouraria).



Fig.5 - Fragmento de mosaico bicromático recolhido em Moura, no bairro da Porta Nova.



Fig.6 - Ruínas da Igreja de Santiago, que se terá sobreposto à antiga mesquita de Moura.
(Foto: Santiago Macias).



Fig.7 - Placa (1) e Ara (2), reutilizados na Igreja de Santiago/mesquita de Moura. (Fotos: Santiago Macias)



Fig.8 - Grande capitel coríntio, recolhido no Castelo de Moura.



Fig.9 - Capitéis recolhidos no Castelo de Moura.



Fig. 10 - Tambores de coluna em granito, do Castelo de Moura.



Fig.11 - Uma das bases de coluna do Castelo de Moura.



Fig. 12 - Fragmento de Lintel epigrafado.

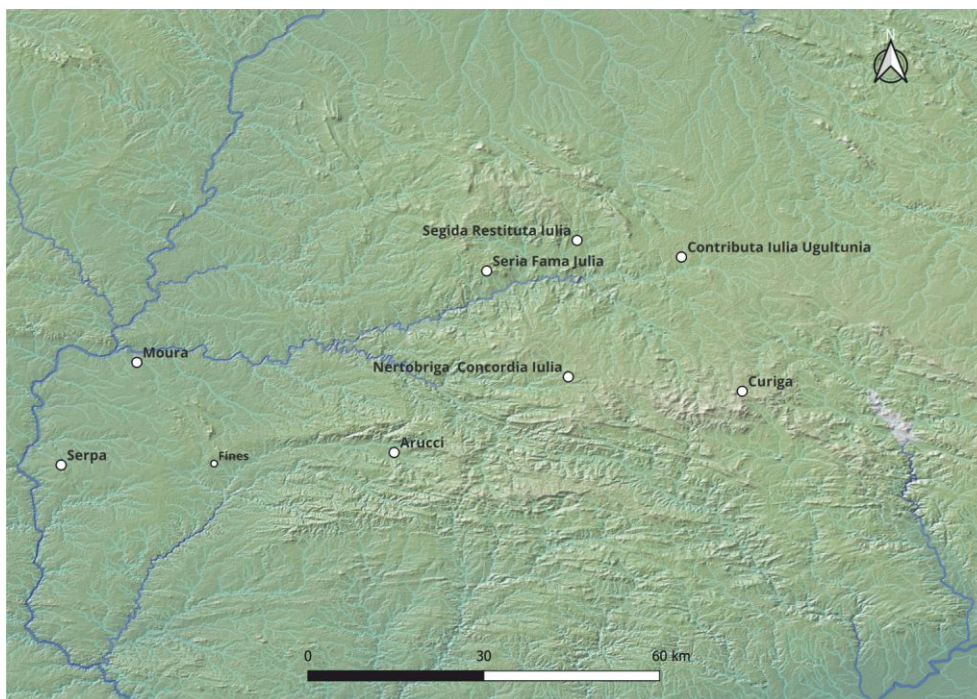


Fig. 13 - centros urbanos da Betúria referidos no texto.

Introdução

O Castelo Velho de Safara, situado na Herdade do Monte do Cabeço do Pião, União de Freguesias de Safara e de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura, distrito de Beja, insere-se num contexto geográfico e arqueológico de elevada relevância para o estudo das dinâmicas de ocupação humana na margem esquerda do curso médio do rio Guadiana. Localizado numa plataforma sobranceira, o sítio termina num esporão rochoso onde a ribeira de Safareja desagua na margem esquerda do rio Ardila, conferindo-lhe uma posição estratégica privilegiada (Fig. 1). Esta localização permitiu uma articulação defensiva e económica significativa, facilitada pela proximidade a importantes cursos de água que asseguravam a acessibilidade territorial e a disponibilidade de recursos naturais diversificados (Nabais et al., 2019, 2024; Soares & Nabais, 2022; Soares et al 2023).

A configuração defensiva do sítio é evidenciada por um pano de muralha e três linhas paralelas de fossos escavados no substrato rochoso, elementos que garantiam a proteção, sobretudo nas zonas mais expostas a sul e a oeste (Fig. 1). Esta complexidade arquitetónica testemunha uma ocupação de cariz estratégico-militar, possivelmente vinculada ao controlo do território e às disputas político-militares que marcaram a Proto-História e a Antiguidade na região.

Apesar de mencionado pela primeira vez nos anos 1940 por Fragoso de Lima (Lima, 1999), o Castelo Velho de Safara só volta a ser referido na década de 1970 (Arnaud & Gamito, 1977). Na década de 1980 são avançadas as primeiras hipóteses da ocupação do povoado. A primeira ocupação documentada remonta ao Calcolítico (3º milénio a.C.). Embora a informação sobre esta fase seja limitada, os dados sugerem que o Castelo Velho de Safara desempenhou um papel relevante na circulação de metais na bacia do Guadiana, à semelhança de outros sítios contemporâneos na região (Soares et al., 1985, 1994; Soares 2001).

Após um hiato na ocupação, o povoado surge reocupado durante a II Idade do Ferro, na primeira metade do século IV a.C. Este período é caracterizado pela presença de vários

fragmentos de cerâmica decorada, elementos metálicos e evidências de interações comerciais com o Mediterrâneo, o que é demonstrado através da recuperação de inúmeros fragmentos cerâmicos de origem local e exógena, inicialmente amostrados através de recolhas de superfície e preliminarmente estudados por Soares et al (1985, 1994, 2001) e Costa (2010). Esta cronologia foi posteriormente confirmada com as escavações sistemáticas no local que se iniciaram em 2018, conduzidas no âmbito do Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA) intitulado *A Idade do Ferro na Margem Esquerda do Guadiana – FOMEGA I*, que foi depois continuado com o PIPA FOMEGA II (2022-2026). No âmbito das escavações sistemáticas foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica da II Idade do Ferro em níveis estratigráficos controlados em escavação. Estes vestígios incluíam fragmentos de cerâmica ática, sobretudo nos contextos escavados na Sondagem 2 e na pequena escavação teste no interior da zona da rua da Sondagem 1 (Fig. 1), durante as intervenções realizadas entre 2019 e 2022, confirmando a relevância desta fase de ocupação para a compreensão das dinâmicas culturais e económicas da época.

O período Romano Republicano (séculos II-I a.C.) representa uma nova fase de ocupação, caracterizada pela reestruturação do povoado e pela sua integração na esfera romana. As escavações sistemáticas, têm vindo a confirmar estas realidades através da escavação das fundações da muralha (Sondagem 2), dos fossos defensivos (Sondagem 4), daquela que é atualmente interpretada como a zona de rua com oficinas e potenciais armazéns anexados ao interior da muralha (Sondagem 1), bem como da área residencial (Sondagem 5) (Fig. 1). As evidências materiais incluem cerâmicas romanas, como cerâmicas Campanienses e a imitação local das mesmas, e indícios de várias práticas metalúrgicas e agropecuárias no local. Além disso, foram identificados vestígios de episódios bélicos, como balas de funda e sinais de vitrificação em partes da muralha, possivelmente associados à conquista romana do povoado aos seus habitantes indígenas e/ou consequência direta das Guerras Sertorianas que se seguiram.

Relativamente à Sondagem 6 (Fig. 1), esta foi aberta no seguimento dos trabalhos de LIDAR realizados em Janeiro de 2023, que identificou, entre outras, a anomalia U (Soares et al 2023). Durante a campanha de escavação de Julho de 2023, esta Sondagem 6 foi

intervencionada, tendo-se concluído que consistia apenas no remanescente de um recente episódio de queima florestal.

Por fim, e o que motiva o presente estudo, foi a descoberta de uma estrutura linear com aparente desarticulação com o desenho arquitetónico do povoado, localizada na parte sudeste do mesmo, junto ao sistema defensivo. A existência desta estrutura foi inicialmente sugerida por fotografias gentilmente cedidas por António Monge Soares, tiradas algures na década de 1970 (Fig. 2). Esta estrutura foi confirmada por levantamentos topográficos realizados por Costa (2010). Aparentemente, este edificado apresentava características arquitetónicas distintas das tipologias conhecidas da ocupação sidérica e romano republicana. Deste modo, a abertura e estudo da Sondagem 3 (Figs. 3, 4 e 5), em Julho de 2022, procurou determinar a cronologia da sua construção e utilização, a sua organização espacial e a funcionalidade da mesma, bem como a sua relação com as ocupações anteriores do sítio. Procurou-se igualmente estabelecer a relação entre essa edificação e as estruturas defensivas do Castelo Velho de Safara. Embora a sua proximidade aos fossos sugerisse uma possível conexão funcional, a tipologia arquitetónica observada à superfície e a sua localização diferiam significativamente das construções defensivas conhecidas no local. Dessa forma, pretendeu-se proceder a uma escavação estratigraficamente controlada da Sondagem 3, por forma a comparar com as demais intervenções realizadas no sítio, de maneira a compreender se essa estrutura tinha alguma relação com o sistema defensivo, ou se representava um momento anterior ou posterior de ocupação, com, ou sem, associação direta com as ocupações atualmente conhecidas.

Materiais e Métodos

A intervenção arqueológica na Sondagem 3 do Castelo Velho de Safara iniciou-se com a definição da área de intervenção, baseada na análise de registos fotográficos da década de 1970 (Fig. 2), nos levantamentos topográficos realizados anteriormente (Costa 2010) e na presença de vestígios arquitetónicos visíveis à superfície. As fotografias sugeriam a existência de uma estrutura linear distinta das demais construções do sítio, tendo o levantamento topográfico conduzido por Costa (2010) registado anomalias morfológicas na parte sudeste do povoado. A

correlação dessas informações e as observações no campo (Fig. 3) permitiram a seleção do local para a implantação da Sondagem 3.

A escavação seguiu os princípios metodológicos estabelecidos por Philip Barker (1977), que defende uma abordagem estratigráfica controlada, com a remoção sistemática dos sedimentos de acordo com sua sequência deposicional e sem comprometer a integridade das camadas arqueológicas subjacentes. Para garantir um registo preciso, aplicou-se a matriz de Edward Harris (1989), que permitiu estabelecer relações estratigráficas claras entre os diferentes depósitos identificados. Cada unidade estratigráfica (U.E.) foi descrita detalhadamente, documentada por meio de fichas padronizadas, fotografias, desenhos em planta e perfil.

A escavação realizou-se de forma manual através da remoção controlada dos depósitos, tendo todos os sedimentos sido crivados. No final, foram realizadas fotografias aéreas com drone e utilizadas técnicas de fotogrametria digital para a documentação tridimensional das estruturas expostas. Esta abordagem tem demonstrado uma eficácia crescente na arqueologia de campo, pois possibilita análises detalhadas da arquitetura e facilita a reconstrução espacial das estruturas investigadas.

Além da análise arquitetónica, os materiais arqueológicos recuperados, como os poucos fragmentos cerâmicos recolhidos, foram preliminarmente identificados, permitindo a comparação com potenciais contextos semelhantes.

Funcionalidade e Cronologia da Estrutura da Sondagem 3

A escavação da Sondagem 3 no Castelo Velho de Safara permitiu documentar em detalhe a estratigrafia e a configuração arquitetónica de uma estrutura modular, composta por seis compartimentos quadrangulares, cada um medindo aproximadamente 1,10 metros de lado (Figs. 4 e 5). A disposição linear desses compartimentos e a presença de acessos individualizados delimitados por lajes verticais de xisto sugerem um tipo de construção de

arquitetura vernacular com função específica, ligada a práticas agropecuárias. Estes compartimentos deveriam ser protegidos por um alpendre, provavelmente construído com materiais perecíveis, diante das entradas individuais, visto terem sido identificados pelo menos três buracos de poste alinhados, paralelos às entradas dos compartimentos. A configuração desta estrutura distingue-se das demais estruturas identificadas no sítio, não apresentando correlação direta com os contextos de ocupação anteriormente documentados.

A sondagem abrange uma área de 4x6 metros, possibilitando a identificação de parte de uma contínua mancha pétrea visível à superfície. No decurso da intervenção, apenas o Compartimento 4 foi escavado integralmente. Contudo, as observações de campo e os dados preliminares indicam que todos os compartimentos foram utilizados de forma similar, sugerindo uma função repetitiva dentro da estrutura. A ampliação da escavação para o limite noroeste da sondagem poderá permitir a identificação de novos compartimentos, aprofundando a compreensão da lógica arquitetônica da edificação.

O Compartimento 4 aparenta ter sido violado por caçadores de tesouros, mas foi ainda possível revelar, na base da sondagem, uma camada de colapso composta por lajes de xisto fragmentadas, interpretada como o resultado do desmoronamento das paredes ao longo do tempo. A ausência de evidências de atividades domésticas ou residenciais reforça a hipótese de esta construção ter estado associada a práticas agropecuárias, possivelmente relacionadas com a criação de gado suíno.

A localização da estrutura, próxima dos fossos defensivos na área sudeste do povoado, sugere que esta construção não se relaciona funcionalmente com as estruturas de defesa do sítio. Pelo contrário, parece representar um episódio de reutilização do espaço, adaptado a novas funções no contexto de uma economia agropecuária local. A presença de níveis sedimentares erosivos indica que o abandono definitivo da estrutura foi seguido por um longo período de degradação natural, caracterizado pelo colapso progressivo das suas paredes e pelo acumular de sedimentos nos compartimentos.

A disposição modular da estrutura, composta por compartimentos quadrangulares com acessos delimitados por lajes de xisto (Fig. 4), assemelha-se à morfologia arquitetónica vernacular das instalações pecuárias da produção de suínos na atualidade (Botermans et al 2015; Breedt 2005; Feng 2022), conhecendo-se vários exemplos similares ou mesmo idênticos a nível local/regional. Desde logo, no próprio concelho de Moura, é de referir a malhada de porcos da Herdade do Monte Branco da Serra, datada do século XIX (Teles, 2013), realidade igualmente bem exemplificada em várias outras malhadas e pocilgas do sul de Portugal (Costa 2008). Estes paralelos confirmam a hipótese funcional da estrutura da Sondagem 3 como um espaço destinado à pecuária, consolidando a ideia de que o local foi reutilizado para fins produtivos em períodos mais recentes.

Os escassos materiais cerâmicos recuperados na Sondagem 3 reforçam a hipótese de uma ocupação moderna do sítio (Fig. 4). Os fragmentos incluem peças vidradas, o que aponta para uma cronologia abrangendo os séculos XVII a XX, sugerindo um período de ocupação tardia.

O Castelo Velho de Safara apresenta, assim, uma ocupação contínua do espaço rural até a atualidade, evidenciada pela persistência da produção pecuária, a qual ainda se mantém na herdade onde se encontra. A proximidade de recursos naturais e a disponibilidade de matéria-prima de construção entre as estruturas arqueológicas pré-existentes favoreceram o reaproveitamento desta área para atividades agropecuárias ao longo do tempo. No caso específico da Sondagem 3, a sua localização estratégica, próxima de áreas de pastagem e fontes de água, sugere a sua reutilização para práticas pecuárias, em particular para a criação de suínos. Esta atividade continua a ser um elemento central da economia rural alentejana, sendo atualmente representada pela produção de porco preto na Herdade do Monte do Cabeço do Pião.

Conclusão

A escavação da Sondagem 3 permitiu identificar uma estrutura modular cuja funcionalidade parece estar associada a atividades agropecuárias, particularmente à criação de gado suíno, algures entre os séculos XVII e XX. A organização em compartimentos quadrangulares, a ausência de indícios de uso de cariz residencial e a escassa presença de materiais cerâmicos modernos sustentam a interpretação da estrutura como uma instalação pecuária.

O estudo desta ocupação tardia insere-se num quadro mais amplo de reaproveitamento de sítios arqueológicos, onde comunidades rurais adaptaram as preexistências para fins produtivos. A escavação da Sondagem 3 contribuiu para um entendimento mais amplo das dinâmicas de ocupação do Castelo Velho de Safara e das possíveis reutilizações do espaço ao longo dos séculos. A presença de estruturas tardias num sítio predominantemente caracterizado por ocupações pré-romanas e romanas sugere que o local continuou a ser funcional em diferentes períodos, reforçando a importância da arqueologia para a compreensão dos processos de longa duração no território.

Bibliografia

ARNAUD, J.; GAMITO, T. J. (1977) – Cerâmicas estampilhadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*, 3ª série: 79, pp. 165-202.

BARKER, P. (1977) – *Techniques of Archaeological Excavation*. London: Batsford.

BOTERMANS, J.A.M.; OLSSON, A.CH.; ANDERSSON, M.; BERGSTEN, CH.; SVENDSEN, J. (2015) – Performance, health and behaviour of organic growing-finishing pigs in two different housing systems with or without access to pasture. *Acta Agriculturae Scandinavica, Section A – Animal Science*, 65: 158-167. <http://dx.doi.org/10.1080/09064702.2016.1158308>

BREEDT, H. (2005) – *Manual on Housing Pigs*. Pretoria: Institute for Agricultural Engineering, Institut vir Landbou-Ingenieurswese. ISBN 1-919685-35-9

COSTA, M. (2008) - Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura.

COSTA, T. (2010) – *O Castelo Velho de Safara (Moura)*: Elementos para o seu estudo. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FENG, K.; WANG, Y.; HU, R.; XIANG, R. (2022) – Continuous Measurement of Ammonia at an Intensive Pig Farm in Wuhan, China. *Atmosphere*, 13: 442. <https://doi.org/10.3390/atmos13030442>

HARRIS, E. (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*. 2nd Edition. London: Academic Press.

LIMA, J.F. (1999) – *Monografia Arqueológica do Concelho de Moura*. 2ª Edição. Moura: Câmara Municipal de Moura.

NABAIS, M.; BONETA, I.; SOARES, R. (2019) – Chelonian use in Portugal: Evidence from Castelo Velho de Safara. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 28: 102054. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2019.102054>

NABAIS, M., SOARES, R., HURK, Y. (2024) – The Zooarchaeology of ancient whaling practices in Portugal: A review and a new Roman Republican contribution at Castelo Velho de Safara. *PLoS ONE*, 19: e0310215. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0310215>

SOARES, A. M. (2001) - O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar. *Vipasca*. Aljustrel. 10, p. 57-64. SOARES, A. M., ARAÚJO, M. F., CABRAL, J. P. (1985). O Castelo Velho de Safara: Vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia* (Porto), 11, pp. 87-94.

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. P. (1994) – Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva e Junta de Andalucía, p. 165-200.

SOARES, A. M.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2005) – Um novo vestígio da prática da metalurgia no Castelo Velho de Safara (Moura). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8:2, p. 215-24.

SOARES, R.; NABAIS, M. (2022) – Resultados preliminares das primeiras escavações no Castelo Velho de Safara (Moura). In Jiménez Ávila, J., Bustamante-Álvarez, M., Mora Hera, F.J (eds), *Encuentros de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Zafra, pp. 881-901.

SOARES, R., NABAIS, M., PEREIRO, T., DIAS, R., HIPÓLITO, J., FONTE, J., NEVES, A. (2023). Nova planta do Castelo Velho de Safara: Integração de Dados Arqueológicos com Topografia de Alta Resolução Derivada de Levantamento Drone-Lidar. *Estudos do Quaternário/Quaternary Studies*, 23: 66-75. <https://doi.org/10.30893/eq.v0i23.217>

TELES, S. (2013) – Habitar a paisagem Alentejana – a particularidade do Monte. Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

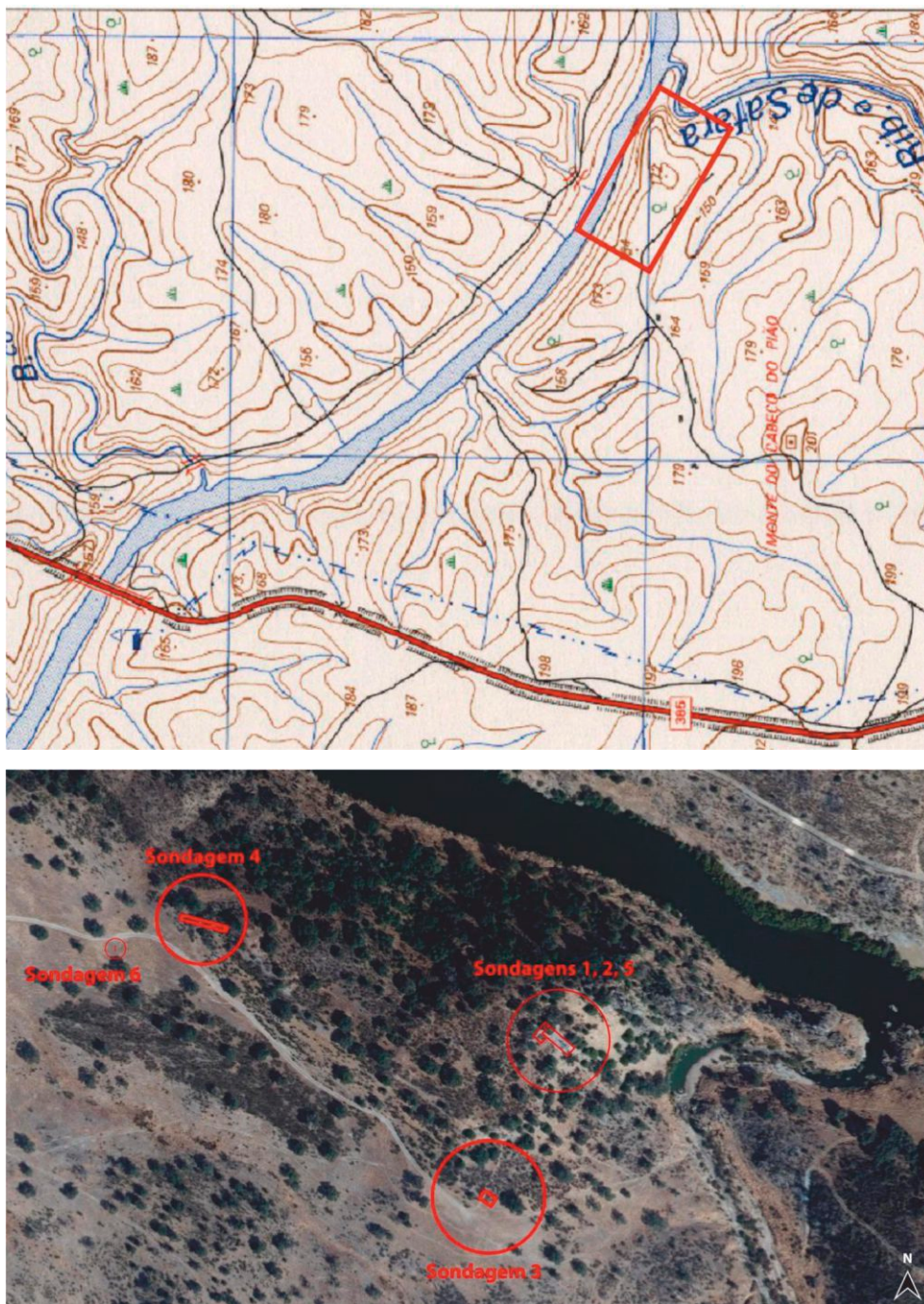


Fig. 1 – Cima: Planta da localização do Castelo Velho de Safara na carta militar 502. Baixo: Ortofotomapa do Castelo Velho de Safara com localização das sondagens arqueológicas intervencionadas entre Junho de 2018 e Janeiro de 2025.



Fig. 2 – Fotografias de António Monge Soares, da década de 1970, que documentam a presença de um alinhamento pétreo, posteriormente investigado durante as escavações realizadas em Julho de 2022, integrando a Sondagem 3 do Castelo Velho de Safara.



Fig. 3 – Área correspondente às fotografias da década de 1970, em Julho de 2022, antes do início da escavação e da implementação da Sondagem 3.



Fig. 4 – Cima: Cerâmica vidrada recuperada durante a escavação da Sondagem 3 do Castelo Velho de Safara.
 Meio: Pormenor da entrada do Compartimento 4, definida pela verticalidade de duas lajes de xisto.
 Baixo: Vista aérea da Sondagem 3 no final da intervenção arqueológica de Julho de 2022, tendo apenas sido escavado o Compartimento 4 (imagem por drone da autoria de João de Brito Vidigal).



Fig. 5 – Cima: Vista aérea da Sondagem 3 no final da intervenção arqueológica de Julho de 2022, tendo apenas sido escavado o Compartimento 4 (imagem por drone da autoria de João de Brito Vidigal). Baixo: Representação ilustrada dos seis compartimentos quadrangulares e respetivas entradas, identificados no final da intervenção arqueológica em Julho de 2022 no Castelo Velho de Safara.

Índice

Nota de Abertura	3
Estação Arqueológica de “Porto Mourão”- Moura - Relato das pesquisas efectuadas de 1944 a 1948 António Duarte	7
Uma viagem pela Idade do Bronze no concelho de Moura. Da síntese à divulgação Miguel António Paixão Serra Margarida Santos	17
Moura no período Romano: contributos para uma reflexão necessária José Gonçalo Garradas Valente	45
Um exemplo de arquitetura vernácula no Castelo Velho de Safara Mariana Nabais Margarida Figueiredo Rui Soares	79

LACANT



LACAVIT

2025 | edição: Câmara Municipal de Moura